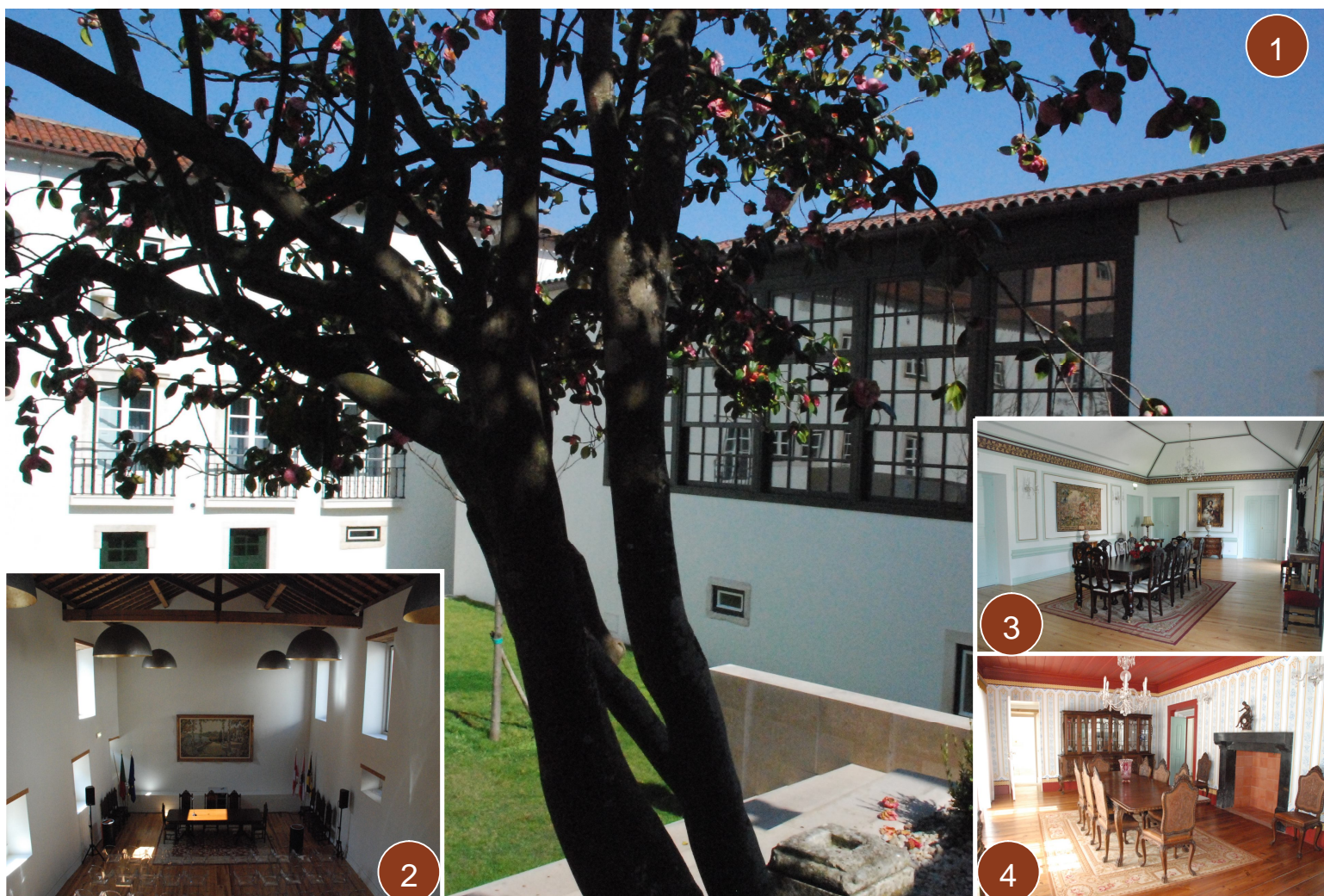


Relatório e Contas 2011



CAIXA DE CRÉDITO DE LEIRIA



Legenda: 1 – Vista parcial do jardim; 2 – Celeiro; 3 – Salão nobre; 4 – Sala de jantar.



CONVOCATÓRIA DA ASSEMBLEIA GERAL

Usando da competência do número 2 do Artigo 18º e nos termos do Artigo 20º dos Estatutos, convoco os associados da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, C.R.L., com sede em Leiria, no Largo Cândido dos Reis nº19 a 25, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Leiria sob o número único de matrícula e identificação fiscal 500 978 921, a reunirem-se, em Assembleia Geral, no próximo dia 23 de Março de 2012 (Sexta-Feira), pelas 16 horas, na sede, para discutir e votar as matérias da seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 – Deliberar sobre os documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

2 – Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2011.

3 – Deliberar sobre a proposta de distribuição de excedentes pelos associados.

Se à hora marcada para a reunião não se verificar número de presenças suficiente para a Assembleia funcionar, esta reunirá, com qualquer número de associados presentes, uma hora depois, nos termos do Nº2 do Artigo 21º dos Estatutos.

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, 24 de Fevereiro de 2012

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

José Ribeiro Salgueiro



Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO	4
1.1 - Evolução da economia nos países do euro.....	4
1.2 - Evolução da economia portuguesa.....	5
1.3 - A CCAML no contexto económico e financeiro.....	6
2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	7
3. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO BALANÇO.....	8
3.1 – Estrutura do Activo Líquido	8
3.2 – Passivo e Capitais Próprios.....	9
4. VOLUME DE NEGÓCIOS	10
5. ACTIVIDADE COMERCIAL.....	11
5.1 – Captação de recursos alheios	11
5.2 – Crédito	12
5.2.1 – Carteira de Crédito.....	12
5.2.1.1 – Crédito vincendo	12
5.2.1.2 – Crédito vencido	13
5.2.1.3 – Garantias.....	15
5.3 – Actividade seguradora	16
6. ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO	17
7. GESTÃO DE RISCOS.....	18
8. DIMENSÃO E ÁREA DE MEIOS	22
8.1 – Dimensão	22
8.2 – Área de Meios	22
8.2.1 – Recursos humanos	22
8.2.1.1 – Quadro de pessoal.....	22
8.2.1.2 – Formação	22
8.2.2 – Recursos tecnológicos e informáticos.....	23
8.2.3 – Meios de pagamento.....	24
9. ÁREA SOCIAL.....	25
10. RESULTADOS, EFICIÊNCIA E RENDIBILIDADE.....	26
10.1 – Análise e decomposição dos resultados	26
10.2 – Produto bancário	29
10.3 – Eficiência.....	31
10.4 – Rendibilidade.....	33
11. INDICADORES PRUDENCIAIS.....	33
12. ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO.....	34
12.1 – Assembleia Geral.....	34
12.2 – Conselho de Administração.....	35
12.3 – Conselho Fiscal	36
12.4 - Política de remuneração	36
12.4.1 - Política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização	36
12.4.2 - Análise sobre a política de remunerações	38
12.4.3 - Informação sobre a remuneração dos membros dos órgãos sociais	38
12.5 - Organograma	39
12.6 - Sistema de controlo interno	40
12.7 - Auditoria	40
13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	41
BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	42
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	45
PARECER DO CONSELHO FISCAL	71
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	73



1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

1.1 - Evolução da economia nos países do euro

As economias da zona euro, na sequência da eclosão da crise económico-financeira global iniciada em 2007, evidenciaram uma conjuntura macroeconómica favorável nos três primeiros trimestres de 2011, contrariada por uma ligeira contracção do Produto Interno Bruto (PIB) observada no quarto trimestre do referido ano (redução de 0,3 por cento em relação ao terceiro trimestre).

Comparativamente ao período homólogo do ano anterior, o PIB cresceu, respectivamente, 1,3 e 0,7 por cento, nos terceiro e quarto trimestres de 2011, o que se traduziu, segundo a agência oficial de estatísticas europeia *Eurostat*, num crescimento do PIB dos países da zona euro de 1,5 por cento e da globalidade dos Estados Membros da UE de 1,6 pontos percentuais, face ao ano de 2010.

O último trimestre de 2011, ficou marcado por ter sido o único trimestre a registar quedas do PIB, contrariando a tendência de crescimento evidenciada nos três primeiros trimestres, registando nestes, respectivamente, acréscimos de 0,8; 0,2 e 0,1 por cento na zona euro, e 0,7; 0,2 e 0,3 pontos percentuais no total dos Estados Membros da UE.

O retrocesso verificado no PIB, no último trimestre de 2011, o primeiro registado na zona euro desde o segundo trimestre de 2009 (contracção de 0,2 por cento), aumenta o risco e antevê a possibilidade de que a União Monetária entre em recessão no início de 2012 (caso se venha a verificar a existência consecutiva de dois trimestres de contracção).

Ao mesmo tempo que as economias desenvolvidas da União Europeia viviam a pior crise desde a Grande Depressão dos anos 30, do século passado, alguns mercados emergentes mantiveram uma vitalidade notável, sendo que, países como a China e a Índia na Ásia, o Brasil na América Latina, e Angola em África, evitaram a recessão, beneficiando sobretudo da resistência da procura interna.

Segundo dados do *Eurostat*, as taxas de inflação na União Europeia e na Área do Euro, medidas pela variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), apresentaram um crescimento médio dos preços de 3,1 e 2,7 por cento em 2011, face aos 2,1 e 1,6 por cento alcançados em 2010, respectivamente, correspondendo a aumentos de 1,0 e 1,1 pontos percentuais.

A taxa de desemprego na zona euro, segundo dados divulgados pelo *Eurostat*, atingiu no final de 2011 a taxa média de 10,4 por cento, o maior nível desde a adopção da moeda única. Em Dezembro, o número de desempregados na zona euro ascendeu a 16,47 milhões de indivíduos, 751 mil a mais do que em Dezembro de 2010.

Considerando todos os países da União Europeia, a falta de trabalho afectou 23,8 milhões de indivíduos no final de Dezembro de 2011, tendo a Espanha e a Grécia sido os países que atingiram as piores taxas de desemprego fixando-se em 22,9 e 19,2 por cento, respectivamente. Os países que registaram as menores taxas de desemprego foram a Áustria (4,1 por cento), a Holanda (4,9 por cento) e o Luxemburgo (5,2 por cento), países não afectados pela crise da dívida que assola a região sul do bloco europeu.

O actual contexto de contracção, sentido no final de 2011, caracteriza-se por um período de elevada incerteza quer sobre o enquadramento internacional, determinado pela intensificação da crise da dívida soberana na área do euro, quer sobre a situação específica da economia portuguesa, marcada pela adopção de medidas de correcção dos desequilíbrios macroeconómicos cujos impactos são difíceis de quantificar com precisão.

O último trimestre de 2011 foi condicionado por um agravamento das tensões nos mercados financeiros internacionais decorrente, em particular, da intensificação da crise da dívida soberana na área do euro e do seu alastramento a um conjunto alargado de outras economias da área com impacto significativo nos custos de financiamento do sector público e privado.



Adicionalmente, a conjugação de aumentos substanciais e não previstos de défices e de dívida pública, com um conjunto de fragilidades de natureza estrutural, nomeadamente o grau de endividamento de famílias e empresas, níveis de crescimento económico, ou processo de desalavancagem do sector bancário, têm conduzido à deterioração da avaliação, originando aversão ao risco, por parte dos investidores à escala global. O desequilíbrio orçamental da economia americana, bem como, das várias economias da área do euro poderão deteriorar a qualidade da dívida soberana, desincentivando os investimentos nestas economias.

1.2 - Evolução da economia portuguesa

No quadro de crise da dívida soberana na área do euro, a economia portuguesa em 2011 intensificou o inadiável processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo dos últimos anos. Estes desequilíbrios tinham-se traduzido em necessidades, elevadas e persistentes, de financiamento externo e, consequentemente, numa trajetória insustentável da posição dependente de investimento internacional.

Num contexto de fortes tensões nos mercados financeiros internacionais, estes desequilíbrios constituem uma vulnerabilidade da economia portuguesa que contribuiu para dificultar o acesso do sector público e, em consequência, do sector bancário, ao financiamento da economia em condições regulares.

Deste modo, o Estado português solicitou assistência financeira junto do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da União Europeia (UE), dando origem à formalização de um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF). Da elaboração deste programa, o Governo português assinou o compromisso de adopção de medidas de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de carácter estrutural.

Em 2011, Portugal, tal como em outras economias da área euro, sofreu uma contracção sem precedente, da actividade económica e da procura interna, tanto pública como privada, como consequência do ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos básicos adoptados. Esta contracção do PIB foi influenciada pela significativa desaceleração da actividade económica mundial, num quadro recente de agravamento das tensões nos mercados financeiros internacionais, decorrente, em larga medida, da intensificação da crise da dívida soberana na área do euro.

Segundo o *Eurostat*, através de dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em Portugal a contracção da actividade económica teve uma queda de 1,3 por cento no último trimestre de 2011, face ao terceiro trimestre, e de 1,5 por cento no ano, face ao trimestre homólogo anterior.

Esta retracção deveu-se a uma queda generalizada da procura interna e do consumo privado, não obstante o crescimento significativo das exportações, traduziu-se numa queda da procura agregada, enquanto que, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) contraiu cerca de 10 por cento face ao período homólogo de 2010. De destacar ainda, a magnitude alcançada pela redução do consumo público, após anos consecutivos de aumentos expressivos. Antevendo-se num futuro próximo, ao nível da procura interna, uma forte contracção quer do consumo privado, quer do investimento residencial, associado ao impacto das medidas de consolidação orçamental sobre o rendimento das famílias.

O ano de 2011 ficou marcado pelo início do processo de desalavancagem do sector bancário, mantendo-se as condições restritivas de concessão de crédito às famílias e empresas. O impacto deste processo sobre as condições de financiamento da economia dependerá das estratégias adoptadas pelo sector bancário, de reforço do capital. Neste sentido, os bancos portugueses privilegiaram a alienação de activos não estratégicos e a captação de fontes de financiamento estáveis, como depósitos de clientes, mitigando assim, o impacto sobre o financiamento da economia.

Relativamente ao mercado de trabalho e segundo as estatísticas do emprego do INE, em Portugal a taxa de desemprego no último trimestre de 2011, fixou-se em 14 por cento, tendo atingido no trimestre anterior a taxa de 12,4 pontos percentuais. No final do ano, mais de 770 mil indivíduos estão oficialmente em situação de desemprego. No total, cerca de 1,24 milhões de residentes em Portugal não conseguem trabalho.



A taxa média de desemprego anual em Portugal em 2011 situou-se nos 12,7 por cento, face aos 10,8 por cento verificada em 2010.

A taxa de inflação em Portugal, medida pela variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), apresentou um crescimento médio dos preços de 3,6 por cento, face aos 1,4 por cento verificados em 2010, correspondendo a um aumento de 2,2 pontos percentuais. Este aumento é justificado em larga medida, pelas medidas fiscais constantes no OE, destacando-se a alteração das tabelas do IVA, a subida de preços sujeitos a procedimentos de natureza administrativa e de alguns impostos específicos sobre o consumo, nomeadamente, o aumento dos preços dos transportes em Agosto de 2011 e o aumento da taxa do IVA aplicável aos preços da electricidade e do gás natural em Outubro transacto.

No ano de 2011 assistiu-se ao alargamento dos diferenciais das taxas de juro bancárias, face às taxas de referência do mercado monetário, mantendo-se em níveis claramente superiores aos observados no período imediatamente anterior à eclosão da crise económica e financeira internacional. De facto, a recente descida das taxas de juro no mercado monetário interbancário, não se tem transmitido às taxas activas, recorrendo os bancos nacionais a políticas activas de captação de depósitos com recurso à prática de taxas superiores para fazer face às restrições no acesso ao financiamento no mercado por grosso.

1.3 – A CCAML no contexto económico e financeiro

O sector financeiro, no ano de 2011, ficou marcado pelo início do processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos estruturais, no contexto do PAEF (Programa de Assistência Económica e Financeira) acordado com a União Europeia, os países da área do euro e com o FMI (Fundo Monetário Internacional).

Os principais objectivos deste programa consistem em garantir o restabelecimento dos equilíbrios macroeconómicos básicos, a redução da necessidade crónica de financiamento externo da economia portuguesa e o retomar de um processo de crescimento sustentável, que permitirão o regresso dos agentes nacionais/residentes ao financiamento junto dos mercados financeiros internacionais.

A redução de níveis de endividamento das famílias e empresas, em conjugação com o processo de desalavancagem gradual e ordenada do sector bancário, é essencial para garantir o contributo do sector privado para a prossecução dos referidos objectivos.

Como consequência das perturbações no funcionamento dos mercados nacionais e internacionais, o sector bancário posicionou-se no epicentro da crise, levando as Instituições de Crédito (IC) a tomar e adoptar medidas de ajustamento das suas estruturas de capital e de financiamento, de forma a mitigar o impacto dessas perturbações sobre a sua actividade, rentabilidade, liquidez e solvabilidade.

Neste contexto, a CCAML no ano de 2011, enquanto intermediário financeiro com um relacionamento privilegiado com os clientes, procurou canalizar, de forma prudencial, os recursos financeiros disponíveis para as empresas financeiramente viáveis e com planos de negócio sustentáveis no médio e longo prazo, contribuindo por esta via para uma reestruturação eficiente do sector empresarial dos concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém e, consequentemente, da economia nacional. Para além disso, procurou a sustentabilidade e gestão diligente e segura dos capitais que lhe são confiados.



2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Enquadramento:

A CCAML é uma instituição de crédito com um regime regulamentar próprio. Opera como uma instituição bancária de retalho de âmbito regional, tendo como área de actuação os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém. Tem como principais linhas de negócio a captação de recursos, em especial de pequenas e médias poupanças, a sua rendibilização através de empréstimos, a particulares e a pequenas empresas e a aplicação em depósitos em outras instituições de crédito.

A CCAML propõe-se ser uma instituição de crédito com uma oferta de serviços financeiros diversificada, orientada para a satisfação das necessidades financeiras dos seus associados, clientes e comunidades locais, pautando-se por uma actuação social e economicamente responsável, baseada em valores como rigor, confiança, mutualismo e espírito comunitário, procurando, simultaneamente, a racionalização dos custos e a maximização da rendibilidade dos recursos, com uma gestão cuidadosa face aos riscos, através de um crescimento prudente e sustentado dos seus negócios.

A persecução destas metas tem subjacente a preservação e reforço de níveis de solvabilidade e liquidez elevados e o compromisso de criar valor para o associado e solidez para a instituição.

A CCAML, sabendo as responsabilidades que lhe cabem e o papel que desempenha na economia dos concelhos da sua área de intervenção, continuará a dar grande relevância estratégica ao desenvolvimento de uma política de responsabilidade social, que se manifesta pelo apoio a projectos de educação, voluntariado, solidariedade social e cultural, através da Fundação Caixa Agrícola de Leiria, integralmente financiada pela CCAML, assim como, pelo exercício da sua actividade de intermediação financeira, pautada pelos valores que sempre a nortearam: Servir os clientes sem nunca descurar a solidez da instituição, gerindo com diligência e segurança os capitais que lhe são confiados.

Objectivos Estratégicos para o triénio 2010 - 2012

▪ Modernização operacional	<ul style="list-style-type: none">- Desenvolver os sistemas de informação e informáticos;- Implementar processos de acordo com novas exigências regulamentares;- Desenvolver soluções financeiras e de meios de pagamento orientadas para as necessidades dos clientes no âmbito de uma oferta diversificada de serviços bancários.
▪ Gestão pró-activa do risco	<ul style="list-style-type: none">- Manter os critérios de rigor na concessão de crédito;- Aprofundar processo de análise, monitorização e controlo dos riscos em especial do crédito;- Aumentar a pró-actividade da recuperação de crédito;- Desenvolvimento dos mecanismos de contingência do Plano de Continuidade de Negócio (PCN);- Preservar os níveis robustos de solvabilidade e liquidez.
▪ Refrescar a imagem e reforçar a identidade da instituição	<ul style="list-style-type: none">- Concluir o processo, continuando a divulgar a nova imagem;- Normalização gradual do interior das Agências.
▪ Valorizar os recursos	<ul style="list-style-type: none">- Manter o plano de formação, orientado para a qualidade no desempenho, responsabilização e valorização profissional;- Desenvolver a cultura de interdependência e de respeito por elevados padrões éticos e deontológicos.
▪ Diversificar na prestação de serviços e dinamização comercial	<ul style="list-style-type: none">- Continuar a dinamizar a implementação do serviço "CCAML On-Line Empresas";- Manter e reforçar o canal Banca-Seguros;- Dinamizar a Linha de Crédito "Recuperação do Centro Histórico de Leiria";- Fazer crescer o número de clientes/contas activas;- Promover a contratação de meios de pagamento (cartões e débitos directos);- Promover a domiciliacão de vencimentos.
▪ Contenção de custos e melhoria da eficiência	<ul style="list-style-type: none">- Racionalizar processos promovendo a simplificação administrativa e a "despapelização";- Maior contenção na despesa, concentrando atenção na eficiência, redução de custos e de eliminação de desperdícios;- Racionalização e adequação dos horários de abertura das Agências.
▪ Desenvolver e potenciar a ligação ao chamado "Terceiro Sector"	<ul style="list-style-type: none">- Dinamizar com iniciativas culturais e de beneficência social através do apoio disponibilizado para a Fundação Caixa Agrícola de Leiria;- Informar e dar a conhecer as actividades / apoios da Fundação;- Desenvolver a cooperação com as diversas entidades de beneficência social e cultural, dinamizando a satisfação das necessidades financeiras através do aumento das relações comerciais e dinamização da economia social.



3. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO BALANÇO

3.1 – Estrutura do Activo Líquido

No ano de 2011, as Instituições de crédito portuguesas, devido às restrições existentes de acesso ao financiamento no mercado por grosso impostas pela eclosão da crise económica e financeira internacional, para reduzirem os seus rácios de transformação, optaram por recorrer a políticas activas de captação de depósitos com recurso à prática de taxas de juro mais elevadas, superiores às taxas praticadas no mercado monetário interbancário internacional.

Assim, a adopção deste tipo de políticas por parte das instituições de crédito tiveram reflexos imediatos no mercado e, consequentemente, na CCAML, originando, por sua vez, uma ligeira redução das aplicações em IC não acompanhado pelo ligeiro incremento do crédito concedido.

O activo líquido da CCAML, desde o último quadrimestre de 2010, tem vindo a decrescer ligeira e consecutivamente, tendo-se verificado uma inversão dessa tendência, unicamente, nos meses de Dezembro de 2010, Setembro e Dezembro de 2011.

Em 2011, o activo líquido fixou-se em 395.205 milhares de euros, apresentando um decréscimo de 10.952 milhares de euros face a 2010 (- 2,7 por cento). Apesar da quebra verificada nas aplicações em IC de 2,82 por cento (- 8,97 pontos percentuais verificados em 2010), esta rubrica continua, tal como nos períodos homólogos anteriores, a ser aquela que mais contribui para a formação do activo líquido com cerca de 45 por cento, seguida do crédito concedido e dos activos financeiros disponíveis para venda com aproximadamente 35 e 11 pontos percentuais, respectivamente.

Comparativamente ao ano anterior, em 2011, os activos de liquidez apresentaram uma quebra menor, de cerca de 3,5 por cento (face aos cerca de 9 por cento em 2010), correspondente à verba total de quase sete milhões de euros, justificada pela manutenção de políticas de prudência adoptadas pela CCAML, de não praticar taxas de juro para operações passivas mais altas, como forma de retenção dos recursos de clientes, acompanhando a tendência crescente do sector. Também se verificou uma redução significativa dos Activos financeiros disponíveis para venda e dos saldos de caixa, reflectindo uma política de racionalização dos mesmos.

O saldo do crédito concedido, líquido de provisões, contrariamente ao último ano, registou um ligeiro crescimento de 0,09 por cento, que se traduz num acréscimo do saldo de 124 milhares de euros.

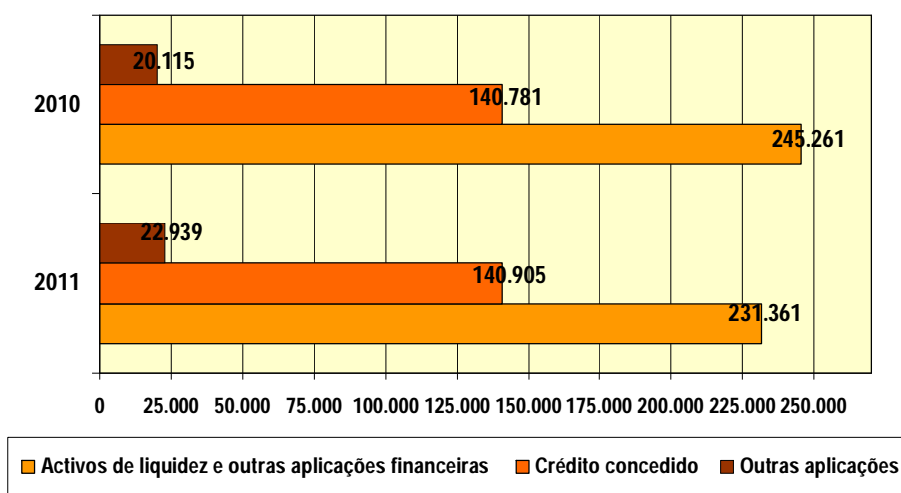
ESTRUTURA DO ACTIVO LÍQUIDO

(milhares de euros)

	2011		2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	372.266	94,20	386.042	95,05	-13.776	-3,57
Activos de Liquidez	189.531	47,96	196.426	48,36	-6.896	-3,51
Caixa e disponibilidades em Bancos	13.176	3,34	14.954	3,68	-1.778	-11,89
Aplicações em I. C.	176.354	44,62	181.472	44,68	-5.118	-2,82
Crédito Concedido (líq. provisões)	140.905	35,65	140.781	34,66	124	0,09
Activos financ. disponív. p/ venda	41.830	10,59	48.835	12,02	-7.005	-14,34
OUTRAS APLICAÇÕES	22.939	5,80	20.115	4,95	2.824	14,04
Activos não correntes detidos p/ venda	4.783	1,21	5.181	1,28	-398	-7,68
Outras	18.156	4,59	14.934	3,68	3.222	21,58
TOTAL DO ACTIVO LÍQUIDO	395.205	100,00	406.157	100,00	-10.952	-2,70



ESTRUTURA DO ACTIVO LÍQUIDO



3.2 – Passivo e Capitais Próprios

Face às condições adversas do quadro económico e financeiro que se vive actualmente, na área do euro e consequentemente em Portugal, continuam a sentir-se dificuldades de captação de fundos, registando-se uma tendência particular para uma maior competição pelo financiamento (*funding*), pressionando, consequentemente, os preços de captação de depósitos.

Tal como referido no ponto 3.1, como forma de aumentarem a captação de recursos de clientes, para compensar as dificuldades de financiamento no mercado internacional, as IC sentiram necessidade de praticar taxas para as operações passivas mais bem remuneradas, originando uma inversão da tendência crescente do saldo de depósitos de clientes da CCAML, que preferiu assumir a perda de algumas aplicações de clientes, colocadas a prazo, do que enveredar por uma política de remuneração exagerada da generalidade dessas aplicações.

A rubrica que mais contribui para a formação do total do “Passivo + Capital próprio” continua a ser a rubrica Depósitos de clientes e instituições de crédito com cerca de 86 por cento, seguindo-se a rubrica de “Capital + Provisões” com cerca de 11 pontos percentuais e os Instrumentos representativos de capital e Outros passivos com aproximadamente 3 pontos de percentagem.

PASSIVO E CAPITALS PRÓPRIOS

(milhares de euros)

Rubricas	2011		2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Depósitos de clientes e Instituições de Crédito	338.980	85,77	345.639	85,10	-6.659	-1,93
Instrumentos representativos de capital	6.210	1,58	7.099	1,75	-889	-12,52
Outros passivos	7.553	1,91	5.826	1,43	1.727	29,64
Capital + provisões	42.462	10,74	47.593	11,72	-5.131	-10,78
TOTAL PASSIVO+CAPITAL PRÓPRIO	395.205	100,00	406.157	100,00	-10.952	-2,70



4. VOLUME DE NEGÓCIOS

A CCAML, no ano de 2011, viu o seu volume de negócios decrescer cerca de 18.914 milhares de euros face a 2010 (-2,54 por cento), em linha com o decréscimo verificado no ano anterior (-18.705 mil euros, a que correspondeu uma redução de 2,45 por cento), devendo-se, maioritariamente, ao decréscimo das rubricas Recursos de clientes e de outras IC's, Aplicações em OIC e Actividades de investimento.

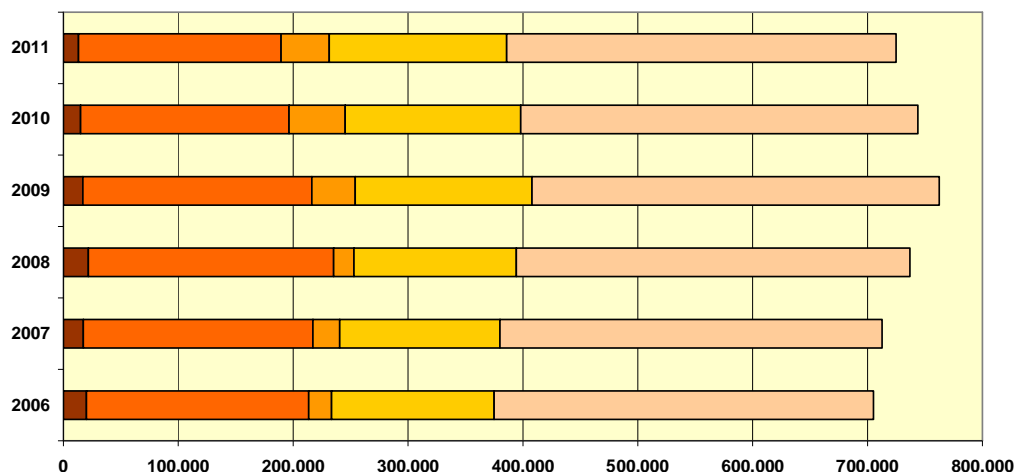
A rubrica Recursos de clientes e de outras I. C., apesar da redução apurada de 1,93 por cento, continua a ser a parcela mais representativa na formação do volume de negócios com cerca de 47 por cento, seguindo-se as aplicações em OIC e o crédito concedido a clientes com cerca de 24 e 21 pontos de percentagem, respectivamente.

FORMAÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS

(milhares de euros)

Rubricas	2011		2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Caixa e disponibilidades	13.176	1,82	14.954	2,01	-1.778	-11,89
Aplicações em OIC's	176.354	24,33	181.472	24,40	-5.118	-2,82
Actividades de investimento	41.830	5,77	48.835	6,57	-7.005	-14,34
Crédito a clientes	154.519	21,32	152.873	20,55	1.646	1,08
Recursos de clientes e de outras I. C.	338.980	46,76	345.639	46,47	-6.659	-1,93
VOLUME DE NEGÓCIOS	724.859	100,00	743.773	100,00	-18.914	-2,54

VOLUME DE NEGÓCIOS



	2006	2007	2008	2009	2010	2011
■ Recursos de clientes e de outras I. C.	330.121	332.711	342.703	354.485	345.639	338.980
■ Crédito a clientes	141.546	139.408	141.303	153.881	152.873	154.519
■ Actividades de investimento	19.934	23.403	17.818	37.858	48.835	41.830
■ Aplicações em OIC's	193.404	199.876	213.432	199.369	181.472	176.354
■ Caixa e disponibilidades	20.106	17.333	21.734	16.885	14.954	13.176

Milhares de euros



5. ACTIVIDADE COMERCIAL

5.1 – Captação de recursos alheios

O saldo da rubrica “Total de recursos alheios” é constituído, similarmente aos anos anteriores, quase exclusivamente pelos recursos de clientes, representando 99,94 por cento do total do agregado.

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS ALHEIOS

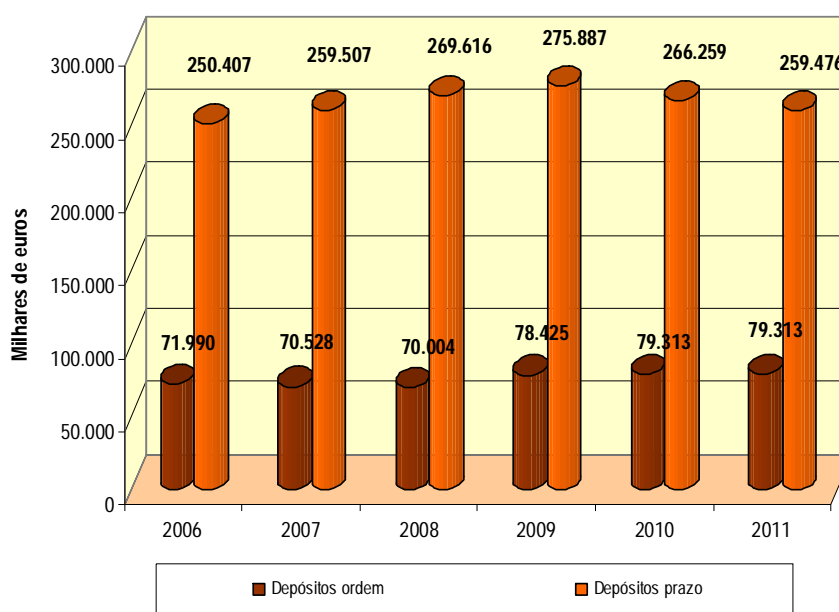
(milhares de euros)

Rubricas	2011		2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Depósitos ordem	79.313	23,39	79.313	22,95	0	0,00
Depósitos prazo	259.476	76,55	266.259	77,03	-6.783	-2,55
Total de recursos de clientes e outros empréstimos	338.789	99,94	345.572	99,98	-6.783	-1,96
Recursos de outras Instituições de Crédito	191	0,06	67	0,02	124	185,07
TOTAL RECURSOS	338.980	100,00	345.639	100,00	-6.659	-1,93

A rubrica do Passivo, Recursos de clientes e outros empréstimos apresenta, no ano de 2011, um decréscimo de 6,8 milhões de euros (- 1,96 por cento), sendo esta quebra originada em grande parte por uma redução de 6,8 milhões de euros nos recursos de clientes em depósitos a prazo, redução essa justificada nos pontos anteriores.

No ano 2011, registou-se uma consolidação dos recursos de clientes em depósito à ordem, que se revelou como um dos melhores dos últimos anos, fixando-se nos 79.313 mil euros, representando 23,39 pontos de percentagem do total dos montantes captados junto dos clientes.

EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS





5.2 – Crédito

5.2.1 – Carteira de Crédito

A CCAML no ano de 2011, contrariamente às tendências de mercado, viu o crédito concedido crescer 1.646 milhares de euros face ao ano anterior (+ 1,08 por cento), fixando-se nos 154.519 milhares de euros.

CRÉDITO CONCEDIDO

(milhares de euros)

Rubricas	2011		2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Crédito vincendo	138.069	89,35	137.666	90,05	403	0,29
Crédito vencido	16.450	10,65	15.207	9,95	1.243	8,17
TOTAL	154.519	100,00	152.873	100,00	1.646	1,08

5.2.1.1 – Crédito vincendo

DISCRIMINAÇÃO DO CRÉDITO VIVO

(milhares de euros)

Rubricas	2011		2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Empréstimos + Conta Corrente	89.016	64,47	88.157	64,04	859	0,97
Crédito habitação	46.544	33,71	47.105	34,22	-561	-1,19
Desconto	1.901	1,38	1.906	1,38	-5	-0,26
Juros de crédito a clientes	608	0,44	498	0,36	110	22,09
TOTAL	138.069	100,00	137.666	100,00	403	0,29

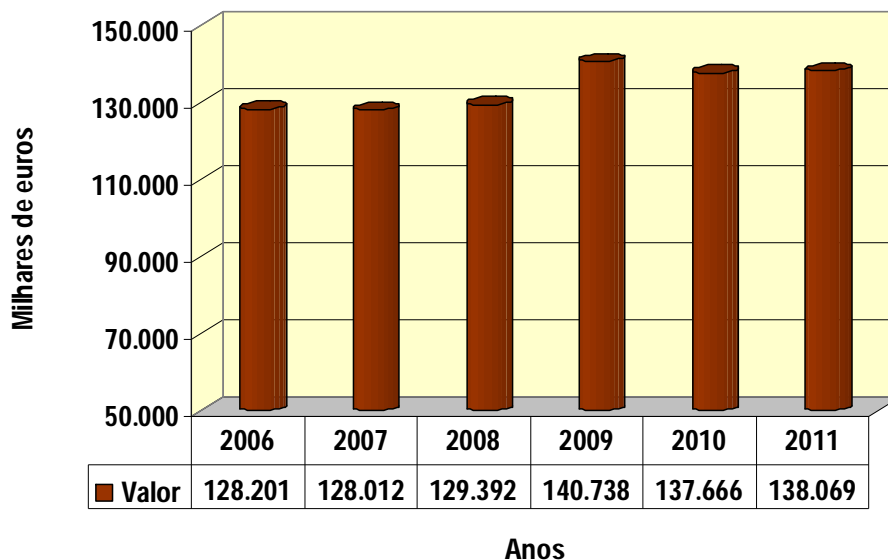
No ano de 2011, no seguimento do crescimento registado nos anos de 2008 e 2009 e contrariamente ao decréscimo verificado em 2010, o crédito vivo registou um ligeiro crescimento de 0,29 por cento, correspondente a uma variação positiva de 403 mil euros.

O agregado que mais contribui para a formação do crédito vivo total continua a ser a rubrica "Empréstimos + conta corrente" com cerca de 64 por cento, correspondendo a verba de 89.016 milhares de euros, seguindo-se a rubrica "Crédito habitação" com cerca de 34 pontos percentuais, a que corresponde a verba de 46.544 milhares de euros.

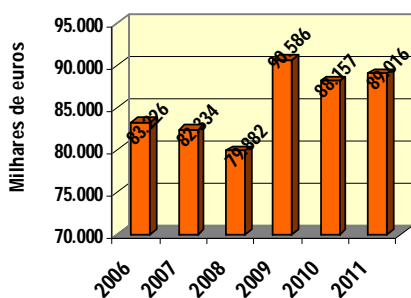
Em relação ao crédito à habitação, inverteu-se a tendência de crescimento registada nos anos de 2009 e 2010, apresentando uma ligeira variação negativa de 561 milhares de euros (- 1,19 por cento).



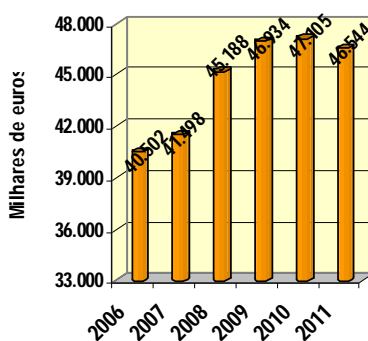
EVOLUÇÃO DO CRÉDITO VIVO



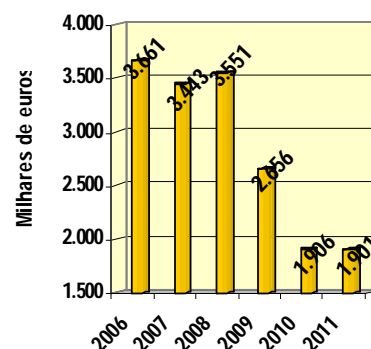
Empréstimos + C.Corr. + Desc. D.O.



Habitação



Desconto



5.2.1.2 – Crédito vencido

O nosso país está a atravessar uma das maiores recessões de todos os tempos, como consequência das dificuldades económico-financeiras que se fizeram sentir por todo o mundo, traduzindo-se no aumento do desemprego.

Assim, a CCAML não está a passar imune à crise e às dificuldades que se estão a fazer sentir, todavia, apesar de todos os condicionalismos que marcam a realidade da economia actual, a rubrica de crédito vencido está a crescer, mas de forma moderada, tendo aumentado no ano, 1.243 milhares de euros (+ 8,17 por cento), face ao ano de 2010.

A classe I apresenta melhorias na variação face ao ano anterior, registando um decréscimo de 72 milhares de euros, correspondente a uma redução de 35,5 pontos de percentagem.



ESTRUTURA DO CRÉDITO VENCIDO POR CLASSES

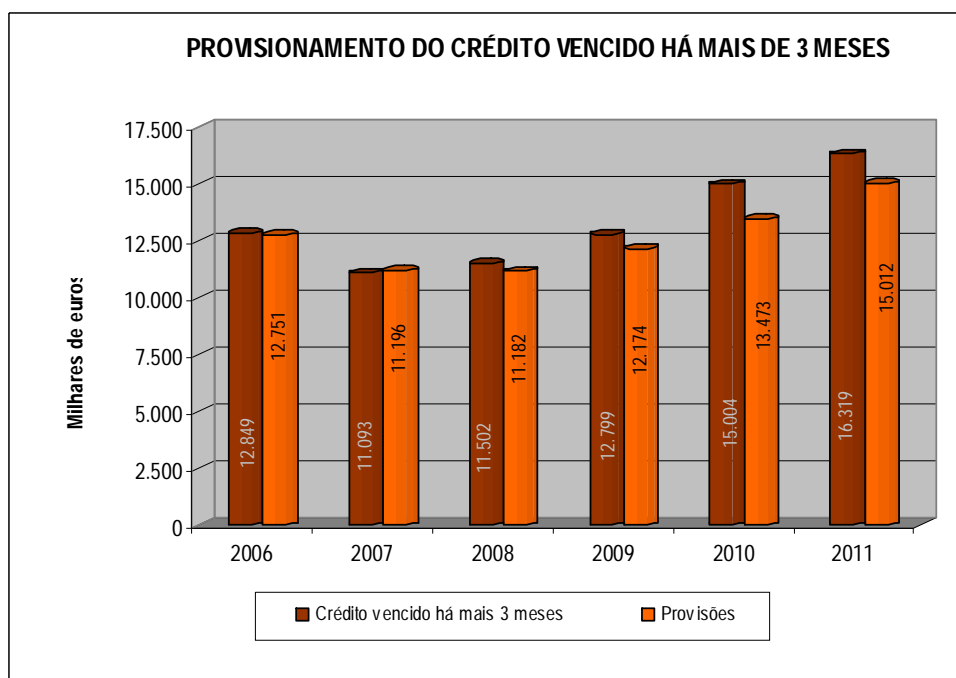
(milhares de euros)

Rubricas	2011		2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
I - Até 3 meses	131	0,79	203	1,33	-72	-35,47
II - de 3 a 6 meses	988	6,01	970	6,38	18	1,86
III e IV - de 6 a 12 meses	1.167	7,09	1.663	10,94	-496	-29,83
V a IX - de 1 a 3 anos	3.604	21,91	2.818	18,53	786	27,89
X a XII - mais de 3 anos	10.560	64,20	9.553	62,82	1.007	10,54
TOTAL	16.450	100,00	15.207	100,00	1.243	8,17

No ano de 2011, o agregado da classe de crédito vencido há mais de três anos é o que representa a maior parcela com cerca de 64 por cento face ao crédito vencido total. Este valor caracteriza-se em larga medida pelo reduzido número de devedores que o compõem e justifica-se pelo arrastar dos processos judiciais, processos esses, que na sua maioria são suportados por garantias reais, revestidos de uma boa probabilidade de ressarcimento dos valores em dívida.

Se considerarmos em exclusivo a faixa dos créditos vencidos e não pagos há mais de doze meses, comparativamente ao crédito concedido total, esta relação cresce para os 9,17 por cento, quando comparado com o mesmo índice dos dois anos anteriores, 2010 e 2009, que era de 8,09 e 7,35 pontos de percentagem, respectivamente.

As taxas de cobertura por provisões do crédito vencido em dívida, há mais de três meses, atingem os 91,99 por cento e 105,99 pontos percentuais para o crédito vencido há mais de um ano.





EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE CRÉDITO VENCIDO

(milhares de euros)

Indicadores	2011	2010	Variação	
			Valor	%
Crédito concedido	154.519	152.873	1.646	1,08
Crédito vencido	16.450	15.207	1.243	8,17
Crédito vencido há menos de 3 meses	131	203	-72	-35,47
Crédito vencido há mais de 3 meses	16.319	15.004	1.315	8,76
Crédito vencido há mais de um ano	14.164	12.371	1.793	14,49
Crédito vencido há menos de 3 meses em relação ao crédito vencido total (%)	0,80%	1,33%	-0,53 p.p.	-39,85
Crédito vencido há mais de 3 meses em rel.ao créd.vencido total (%)	99,20%	98,67%	0,53 p.p.	0,54
Crédito vencido há mais de um ano em relação ao crédito vencido total (%)	86,10%	81,35%	4,75 p.p.	5,84
Provisões totais para crédito				
Riscos gerais de crédito	1.399	1.382	17	1,23
Crédito vencido e cobrança duvidosa	13.613	12.091	1.522	12,59
Total	15.012	13.473	1.539	11,42
Rácios do Crédito vencido em relação ao crédito total				
Rácio de crédito e juros vencidos totais	10,65%	9,95%	0,70 p.p.	7,04
Idem vencidos há mais de 3 meses	10,56%	9,81%	0,75 p.p.	7,65
Idem vencidos há mais 12 meses	9,17%	8,09%	1,08 p.p.	13,35
Rácio ajustado (Créd. com incumprimento líquido / Crédito total líquido)	1,92%	2,07%	-0,15 p.p.	-7,25
Taxas de cobertura por provisões				
Crédito vencido total	91,26%	88,60%	2,66 p.p.	3,00
Crédito vencido há mais de 3 meses	91,99%	89,80%	2,19 p.p.	2,44
Crédito vencido há mais de um ano	105,99%	108,90%	-2,91 p.p.	-2,67

5.2.1.3 – Garantias

a) Crédito vivo

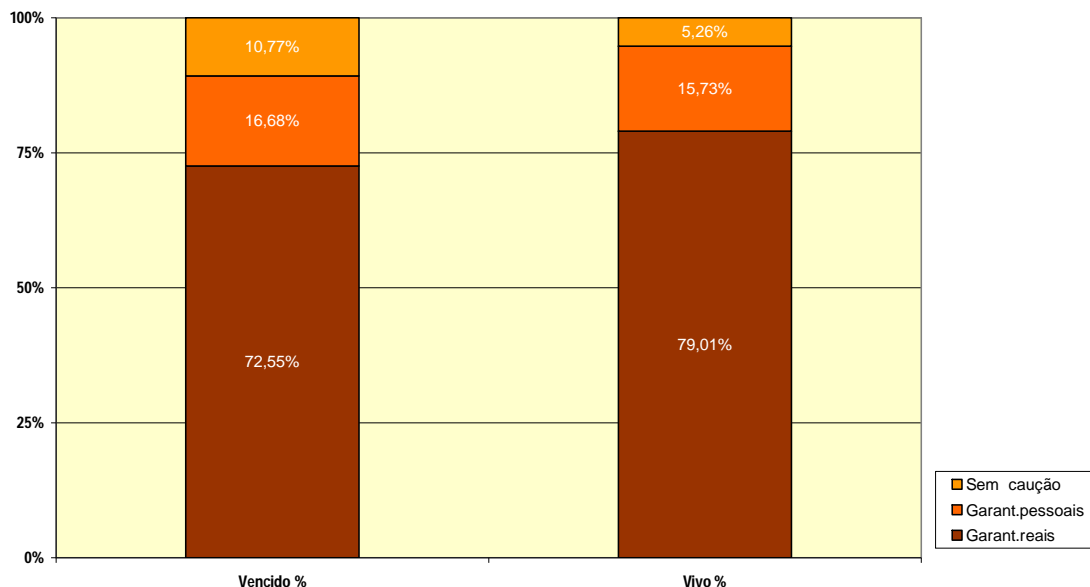
Para um montante alcançado em 2011 de 138.069 milhares de euros, 79 por cento do crédito concedido vivo está caucionado por garantias reais, 16 pontos percentuais beneficia de garantias pessoais e 5 pontos de percentagem não está suportado por quaisquer garantias adicionais (sem caução).

b) Crédito vencido

O crédito vencido e não pago em 2011, fixou-se em 16.450 milhares de euros, tendo a sua estrutura de garantias beneficiado de um reforço comparativamente ao ano de 2010, encontrando-se agora caucionados por garantias reais cerca de 73 por cento dos empréstimos vencidos (+ 3,14 por cento), 17 por cento beneficiam de garantias pessoais (- 1,72 pontos percentuais) e 10 por cento não têm garantia adicional (- 1,43 pontos de percentagem).



CRÉDITO VENCIDO E VIVO POR TIPO DE GARANTIA



5.3 – Actividade seguradora

No ano de 2011, o volume de produção de seguro directo em Portugal atingiu 11,6 mil milhões de euros, dos quais cerca de 92,3 por cento diz respeito às empresas sob supervisão do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), o que traduz um decréscimo de 28,7 por cento face ao valor verificado no ano de 2010.

Efectuando uma análise por ramos, conclui-se que a evolução negativa que se registou no mercado segurador se deveu, essencialmente, à quebra verificado no ramo Vida (38,1 por cento), apesar da produção dos ramos Não Vida também ter registado uma variação negativa (1,2 por cento), factos que contrariaram a evolução do último ano.

Em 2011, o ramo Vida atingiu valores próximos dos verificados em 2004, espelhando e reflectindo a actual crise económica e financeira, também justificada pelo esforço comercial de captação de poupanças pelo sector bancário, por via de depósitos a prazo.

Saliente-se que a grande redução de peso dos planos de poupança reforma (PPR), que em 2011 representaram cerca de 17 por cento da produção do ramo Vida (26 por cento em 2010), decresceram a sua produção 60 por cento, justificado, em larga medida, pela influência negativa de redução dos incentivos fiscais.

Os ramos que mais contribuíram para a quebra verificada na produção de Não Vida foram as modalidades de acidentes de trabalho e automóvel, que representam mais de 55 por cento da carteira de mercado.

Em relação à carteira de seguros da CCAML, conclui-se que em 2011 se registou um decréscimo de 3,86 por cento, fixando-se a carteira em 8.495 apólices.

Os seguros pertencentes ao ramo Não Vida representam em número de apólices cerca de 62 por cento do total da carteira, a que corresponde uma variação negativa de 34 apólices face ao ano de 2010 (- 0,64 por cento). Em relação aos seguros pertencentes ao ramo Vida representam em número de apólices cerca de 38 por cento do total da carteira, a que corresponde um decréscimo de produção de 307 apólices (- 8,68 por cento).



SEGUROS - N.º APÓLICES

Ramos	2011		2010		Variação	
	Nº apólices	%	Nº apólices	%	Nº apólices	%
Não vida	5.264	61,97	5.298	59,96	-34	-0,64
Vida	3.231	38,03	3.538	40,04	-307	-8,68
Total	8.495	100,00	8.836	100,00	-341	-3,86

6. ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO

As aplicações em instituições de crédito, a exemplo de anos anteriores, têm sido o principal destino das verbas excedentárias não aplicadas em crédito, pelas razões de conjuntura macroeconómica amplamente conhecidas e frequentemente referidas ao longo deste relatório.

Embora em meados de 2011, a Caixa tenha ajustado a sua política, face à evolução de mercado da dívida pública, iniciando o desinvestimento, sempre que possível, neste tipo de aplicações, em termos nominais a carteira cresceu cerca de oito milhões de euros, contrariamente à quebra verificada de 7 milhões de euros relativamente ao valor de mercado.

No exercício de 2011, as Actividades financeiras e de investimento, sofreram um decréscimo de 5,67 por cento face ao ano anterior, a que corresponde uma diminuição de 13.900 milhares de euros. A rubrica que mais contribui para a formação deste agregado, continua a ser as Aplicações em OIC com cerca de 76 por cento, seguindo-se as Actividades de investimento e a rubrica de Caixa e disponibilidades com cerca de 18 e 6 pontos percentuais, respectivamente.

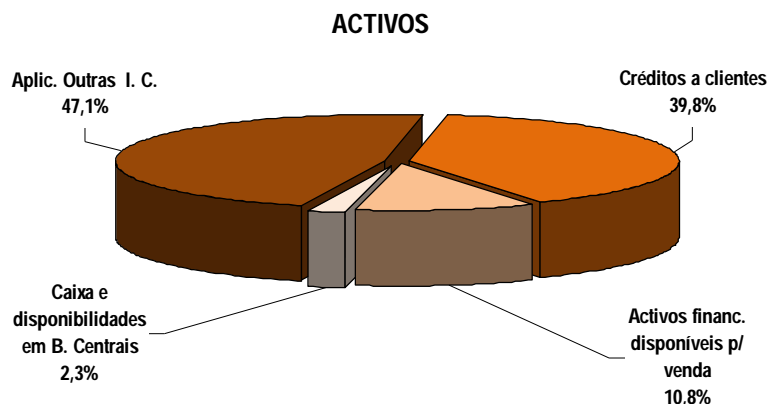
A explicação para o decréscimo relatado encontra-se descrita nos pontos 3.1 e 3.2 do presente relatório.

A rubrica de Activos financeiros disponíveis para venda engloba os instrumentos de dívida e os instrumentos de capital. O montante aplicado em instrumentos de capital não sofreu alterações no exercício, estando fixo em cerca de 1.214 milhares de euros, sendo constituídos por títulos de capital da SIBS (99,73 por cento), da SWIFT (0,17 pontos percentuais) e da Agrimútu, FCRL (0,10 pontos de percentagem).

ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO

(milhares de euros)

Rubricas	2011		2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Caixa e disponibilidades	13.177	5,70	14.954	6,10	-1.777	-11,88
Aplicações em OIC's	176.354	76,22	181.472	73,99	-5.118	-2,82
Actividades de investimento	41.830	18,08	48.835	19,91	-7.005	-14,34
TOTAL	231.361	100,00	245.261	100,00	-13.900	-5,67



7. GESTÃO DE RISCOS

Durante o ano de 2011 continuaram a ser desenvolvidos esforços para fazer uma gestão prudente e atenta dos riscos, de forma a garantir o equilíbrio financeiro e a sustentabilidade da Instituição a longo prazo. Com um enquadramento económico bastante adverso à actividade bancária, importa manter o comprometimento em procurar identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos de forma a acautelar o impacto na situação financeira da instituição de factores de risco.

A CCAML, para fazer face ao actual enquadramento económico, na gestão da sua exposição ao risco, procura seguir as seguintes linhas de orientação:

- Manter os critérios de rigor na concessão de crédito;
- Aprofundar o processo de análise, monitorização e controlo dos riscos em especial do crédito;
- Aumentar a pró-actividade da recuperação de crédito;
- Gerir pró-activamente as taxas de juro recorrendo a políticas de mitigação do risco;
- Desenvolver os mecanismos de contingência do Plano de Continuidade de negócio;
- Reduzir os limites nas classes de maior exposição;
- Preservar os níveis robustos de solvabilidade e liquidez.

A manutenção de elevados níveis de solvabilidade ao longo dos anos tem demonstrado uma postura contida face aos riscos que a CCAML tem procurado adoptar. O acompanhamento aos níveis de solvabilidade é efectuado trimestralmente, possibilitando uma avaliação regular dos elementos que para ela concorrem, nomeadamente das classes de risco de crédito e do perfil de risco operacional. Em Dezembro, a CCAML apresentava um rácio de solvabilidade de 22,4%, evidenciando um perfil cauteloso face ao risco.

No plano regulamentar e de Basileia II, a CCAML desenvolveu, em 2011, os reportes previstos no Pilar II, nomeadamente o Relatório do Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno ("ICAAP"), de Testes de Esforço e de Risco de Concentração. Ao nível dos Testes de Esforço, iniciou-se uma nova análise: o reporte de "Reverse Stress Tests". Os resultados obtidos pela realização destes trabalhos apontam para a solidez da situação financeira da Instituição, face aos riscos e à ocorrência de eventos hipotéticos, de natureza excepcional mas plausível, não manifestando a necessidade de reforço dos capitais internos.

No âmbito do Pilar III, foi divulgado o relatório de Disciplina de Mercado (disponível no site em www.caixacreditoleiria.pt/informação_financeira), que informa de uma forma mais detalhada, os tipos e os níveis de risco incorridos na actividade, tendo subjacente uma óptica predominantemente prudencial.



Risco de crédito

O Risco de Crédito, pela relevância material de que se reveste, é o principal risco subjacente à actividade bancária, não obstante a sua interligação com os restantes riscos. Está associado às perdas e ao grau de incerteza quanto à capacidade de um cliente cumprir com as suas obrigações.

A CCAML é uma instituição bancária de âmbito regional que concede crédito no segmento de banca de retalho, a pessoas singulares e pequenas e médias empresas. Para assegurar a análise e controlo do Risco de Crédito tem implementado um sistema de identificação, avaliação e controlo do risco da sua carteira de crédito que é assegurado por uma estrutura que respeita o princípio da segregação de funções, entre as áreas comercial (Agências) e de análise de risco, com linhas de reporte, delegação de competências e normas internas de suporte definidas.

Ao nível organizacional, no que respeita aos empréstimos, a apreciação do risco de crédito é efectuada pelo Serviço de Análise de Crédito, abrangendo a totalidade de clientes e empréstimos. As propostas de crédito obedecem a uma estrutura documental de suporte pré-definida e são todas sujeitas a uma análise individual, da qual são emitidos pareceres, com base em elementos de natureza qualitativa e quantitativa. Esta análise é feita no momento da concessão do crédito, periodicamente e sempre que existam alterações no relacionamento com o cliente, ou se identifiquem factores que sugiram a necessidade de uma reavaliação do risco.

Ao nível do acompanhamento e recuperação de crédito vencido, é dada particular importância à intervenção nos primeiros dias do aparecimento do incumprimento (sempre que possível antes). Efectua-se uma análise semanal envolvendo as Agências e o Gabinete de Auditoria Interna, no sentido de evitar a degradação da situação e evolução para uma recuperação litigiosa.

É efectuada a monitorização da evolução global do crédito, o acompanhamento do crédito vencido e a avaliação das provisões económicas, envolvendo o Departamento Financeiro e o Conselho de Administração. A informação contabilística facultada e a monitorização realizada permitem uma identificação tempestiva do nível de incumprimento e da definição do grau apropriado de cobertura do crédito por provisões. Adicionalmente, é efectuada uma análise semestral de adequação das imparidades, apontando os resultados para a suficiência dos valores considerados.

Em 2011, mantém-se a tendência de degradação da generalidade do crédito, apresentado de forma mais detalhada na análise à evolução do crédito vencido. O actual enquadramento económico, com a redução do investimento público e privado, com o aumento da carga fiscal, a redução do consumo e o crescimento do desemprego, proporcionam um ambiente significativamente desfavorável para o risco de crédito, justificando uma prudência acrescida na prevenção do incumprimento para as novas operações.

Relativamente às aplicações financeiras, perante as dificuldades que o sector financeiro atravessa, foram adoptadas medidas adicionais de redução do risco, nomeadamente quanto à exposição a cada instituição e de redução das posições em títulos de dívida pública.

Ao nível do acompanhamento, também, é feita uma avaliação regular ao Risco de Concentração de Crédito. Atendendo ao número de contratos realizados, é possível fazer um acompanhamento muito próximo das maiores operações, sendo ainda, efectuada uma avaliação regular a concentrações individuais e sectoriais. A CCAML tem adoptado uma política de restrição a grandes operações de crédito. A posição da carteira da CCAML, nos vários sectores de actividade económica, está alinhada com os valores de referência nacionais, sem divergências que representem um acréscimo substancial de risco. Ao nível do desenvolvimento, para melhorar a sistematização desta análise, procedeu-se ao desenvolvimento da solução informática de acompanhamento aos grupos de clientes ligados entre si.



Os requisitos regulamentares de capital, calculados através do método padrão, registaram um crescimento de 39%. A necessidade de reforço dos capitais para o risco de crédito ocorreu, principalmente, pela influência das posições relativas às aplicações em OIC's. A suspensão da política de transferência de disponibilidades para títulos de dívida pública, a influência negativa que essas posições tiveram em consequência da degradação do "rating" da República, pelas empresas oficiais de notação de risco, assim como, os prazos dessas aplicações foram os factores que mais contribuíram para essa variação, com consequência ao nível do rácio de solvabilidade.

Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro é inerente à actividade financeira, manifesta-se quando ocorre uma variação da taxa de juro e existe divergência entre as maturidades de revisão das taxas entre activos e passivos, diminuindo a rentabilidade ou aumentando o custo financeiro.

É efectuado um acompanhamento regular do Risco de Taxa de Juro, através de uma análise do impacto, na margem financeira e nos fundos próprios, de cenários de variação de taxa de juro sobre os "gaps" (diferencial entre activos e passivos), obtidos através da agregação em intervalos residuais de revisão de taxa de juro, de todos os activos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro. A realização destas análises permite efectuar uma gestão ponderada das taxas de juro.

Os resultados obtidos, em Dezembro de 2011, apontam para uma situação financeira equilibrada (5% de impacto, a um ano, na margem financeira de uma variação na taxa de juro de 200 pontos base), registando mesmo melhorias relativamente aos valores de 2010, nos indicadores de cálculo dos impactos de alterações nas taxas de juro.

A tendência de crescimento das taxas de juro nas operações passivas, em resultado das dificuldades em obter financiamento por parte das instituições de crédito nacionais (pelos factores conhecidos), manteve-se em 2011, colocando sob pressão a gestão do risco de taxa de juro. Por intervenção do Banco de Portugal, foi introduzido um novo requisito de capital para as aplicações remuneradas com taxas mais elevadas, como forma de contenção de um fenómeno que poderia proporcionar dificuldades financeiras a prazo nas Instituições. A CCAML não pratica nos depósitos, taxas com valores acima desses limites.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez manifesta-se através da possibilidade de ocorrência de um desfasamento entre os fluxos de pagamento e de recebimento num banco, podendo gerar uma incapacidade em cumprir com os compromissos assumidos, nos prazos acordados. Esta dificuldade pode surgir pela dificuldade em captação de recursos ou pela dificuldade na liquidação atempada de obrigações, induzidas pelo desfasamento entre os prazos de vencimento residual entre activos e passivos.

Na CCAML é efectuado um acompanhamento regular do risco de liquidez, através da análise dos prazos residuais de maturidades dos diferentes activos e passivos do Balanço e dos "Mismatches" e liquidez, tanto do período como acumulados.

GAPS DINÂMICOS DE POSIÇÃO DE LIQUIDEZ EM 31 DE DEZEMBRO

(milhares de euros)

Posições à data de referência + Valores Previsionais		Intervalos Temporais				
		À vista e até 1 semana	Superior a 1 semana e até 1 mês	Superior a 1 mês e até 3 meses	Superior a 3 meses e até 6 meses	Superior a 6 meses e até 12 meses
Mismatches Acumulados	2010	15.343	23.921	77.320	26.491	16.765
	2011	15.330	26.936	74.402	63.775	54.634



A CCAML apresenta uma estrutura financeira que lhe permite uma gestão das disponibilidades adequada ao “Mismatches” entre os prazos dos activos e dos passivos existentes, assegurando uma eficiente gestão da tesouraria, na procura da prossecução de uma política de estabilização dos recursos dos clientes, através do lançamento de produtos de poupança adequados.

Os indicadores de liquidez apontam para uma estrutura financeira perfeitamente “desalavancada”, apresentando rácios de crédito face aos depósitos abaixo dos 50% (significativamente abaixo do limite máximo de 120%, traçado como objectivo pela “Troika” para as instituições de crédito nacionais).

Risco operacional

O Risco Operacional materializa-se nas perdas que resultam de falhas ou deficiências dos procedimentos, do pessoal, dos sistemas internos ou de acontecimentos externos. Pela complexidade das operações realizadas, pelas instituições de crédito, e pela dependência que gera junto dos clientes, assume-se como um risco materialmente relevante, com repercussões ao nível da reputação.

A gestão do risco operacional encontra-se integrada no sistema de controlo interno e é transversal a toda a organização, de forma a envolver cada unidade orgânica na realização das operações de forma eficiente, respeitando os princípios de segurança e de controlo interno. Na função de gestão de Risco Operacional intervêm:

- Departamento de Operações Gerais - Através do desenvolvimento e manutenção das operações gerais;
- Departamento de Informática - Através do desenvolvimento e manutenção dos serviços informáticos de suporte, ao nível dos equipamentos e da estruturação e manutenção dos sistemas de informação;
- Serviço de Segurança - Através dos serviços de manutenção e segurança dos edifícios;
- Chefes de projecto – A quem compete o papel de dinamizador de processos;
- Gabinete de Gestão de Risco – Através da identificação, avaliação e monitorização dos riscos e dinamização de processos de controlo;
- Conselho de Administração e Gabinete de Auditoria Interna na função de controlo interno através da dinamização e acompanhamento de acções de mitigação de risco operacional, de sistemas de informação e *Compliance*.

Em 2011 concluiu-se o processo de mudança de instalações ao nível do centro principal de operações, reforçando-se as condições de segurança e operacionalidade técnica. Procedeu-se à substituição de equipamentos informáticos e de comunicações que, além de melhorar a operacionalidade e segurança, permitiram reforçar os sistemas de informação no âmbito dos procedimentos de contingência.

O Plano de Continuidade de Negócio foi objecto de uma revisão, seguindo as recomendações prudenciais, permitindo uma reavaliação dos procedimentos de contingência, a redefinição de alguns processos e da estrutura operacional e a actualização da documentação de apoio.

A informação recolhida a partir do sistema de reporte de eventos de risco permitiu a análise a 133 eventos, dos quais seis proporcionaram perdas financeiras directas (de valor pouco expressivo).

Os requisitos regulamentares de capital, calculados através do método do Indicador Básico, registaram um crescimento de 8,3%. A necessidade de reforço dos capitais para o risco operacional resulta da metodologia que pondera as necessidades em função dos resultados, contribuindo para este crescimento a evolução positiva verificada nas componentes dos resultados que para ela concorrem e não por uma necessidade manifestada em torno de um eventual crescimento deste risco.



8. DIMENSÃO E ÁREA DE MEIOS

8.1 – Dimensão

Da análise e interpretação dos indicadores de dimensão da tabela infra, podemos concluir que a dimensão da CCAML tem vindo a consolidar-se, crescendo, consecutivamente, o número de contas de D. O. activas (+ 245 unidades) e de terminais de pagamento automático (+ 11 unidades). Em relação ao Activo líquido e aos Recursos próprios do Balanço, verificou-se um decréscimo, justificado e explicado anteriormente no ponto 3.1 – Estrutura do activo líquido. Em relação ao número de trabalhadores, no ano em análise reforçou-se o quadro de pessoal em 1 colaborador, mantendo-se o número de agências e de Caixas Automáticos.

INDICADORES DE DIMENSÃO	Unidade	2011	2010	2009
Activo líquido do balanço	mil euros	395.205	406.157	413.395
Activo líquido médio	mil euros	395.226	408.844	392.717
Recursos próprios do balanço	mil euros	41.063	46.212	47.467
Recursos próprios médios	mil euros	39.912	45.844	43.130
Número de trabalhadores	unidades	104	103	106
Agências	unidades	16	16	16
Contas de D.O. activas	unidades	44.266	44.021	43.895
Caixas Automáticos	unidades	22	22	22
Terminais pagamento automático	unidades	237	226	222

8.2 – Área de Meios

8.2.1 – Recursos humanos

8.2.1.1 – Quadro de pessoal

A CCAML, no decorrer do ano de 2011, reforçou o quadro de pessoal em 1 elemento, não se verificando nenhuma saída, passando o quadro a ser constituído por 104 colaboradores.

Com a entrada deste elemento procurou-se reforçar o Departamento de Informática com o intuito de adicionar valor técnico e humano a esta área, aumentando a capacidade de resposta face às inúmeras necessidades solicitadas pelos restantes departamentos/serviços, com vista ao aumento e reforço de melhorias ao nível de automatização de procedimentos e capacidade de resposta perante entidades externas.

8.2.1.2 – Formação

A CCAML, no ano de 2011, deu sequência à sua estratégia na área da formação, com o objectivo da valorização dos recursos humanos, acrescentando qualidade ao desempenho pessoal e profissional, aumentando a responsabilidade profissional e desenvolvendo a cultura da interdependência e respeito, sempre pautada por elevados padrões de ética.

Desenvolveram-se para tal, actividades que permitiram completar ao longo do ano 3.848 horas de formação, abrangendo um total de 31 acções e com 39% dos colaboradores com mais de 35 horas de formação.

No final do ano, 61% dos colaboradores atingiram o imperativo legal para o triénio, mas acima de tudo, a área de formação tem desenvolvido um trabalho dinâmico e sólido, contando com a disponibilidade dos formandos, que têm demonstrado uma exemplar atitude de adesão à política de formação implementada.



Foi introduzido na intranet um espaço, que permite a partilha das matérias leccionadas nas acções de formação, no sentido de disponibilizar a todos, conhecimentos que contribuam para reforço da literacia, sobre assuntos ligados à actividade profissional.

Lista de acções de formação realizadas em 2011:

Acção	Colaboradores envolvidos	Horas por colaborador
Código Contributivo	5	5
Orçamento do Estado para 2011 & Encerramento de contas de 2010	6	8
Curso Mediação Seguros (Grupo A - B - C)	32	80
Branqueamento de Capitais e Prevenção ao Terrorismo	27	3
Crystal Reports	3	3,5
Estatísticas de Taxas de Juros	2	2
Nova Operativa na Emissão de Cartões	1	4
Conhecimento da Nota de Euro	21	4
Serviços de Acquiring em TPA	1	12
Mercado e Produtos Financeiros	3	18
Portal Serviços - Gestão Acquirer	1	12
Contabilidade de Empresas	2	14
Excel Intermédio	8	21
Introdução às Transferências a Crédito SEPA	1	7
Congresso Anual Smart Cards	1	
Controlo Contabilístico para Auditores	1	6
Avaliação de Imóveis	2	15
Formação	1	3,5
Seminário Marketing & Vendas	1	
Código Contributivo - Método e Técnicas de Análise Económica e Financeira	6	7
Análise Económico-Financeira de Empresas	4	18
Registos e Notariado	3	14
Processo de Abertura Conta	99	1,5
Emissão e Aceitação de Cartões Contactless	1	4
Conta e Depósito Bancário	2	7
Websphere	4	30
Código de Insolvência	3	16
Conhecimento da Moeda de Euro (E-learning)	58	2
Garantias Bancárias	2	12
Contabilidade Bancária	1	18
Gerir e Liderar Eficazmente uma Equipa	12	2,5

8.2.2 – Recursos tecnológicos e informáticos

A área de Recursos tecnológicos e informáticos, tem-se assumido como um departamento chave nas instituições de crédito, crescendo a tendência para a desmobilização da presença física dos clientes aos balcões em contrapartida de cada vez maior adesão à banca virtual (*Homebanking*, *netbanking*, ou outros canais de distribuição similares).

Neste contexto, é exigido às Instituições de Crédito a utilização de recursos tecnológicos e informáticos de ponta e do mais actualizado existente no mercado, de forma a aumentar a segurança dos activos dos clientes e da própria Instituição, contra os potenciais ataques de intrusão ao sistema central ou ao sistema de banca remota.



As constantes mutações neste segmento, as imposições legais exigidas, a procura contínua de melhorias internas e soluções mais fiáveis de operacionalidade, são as razões que obrigam, a que em todos os anos, seja necessário despendar consideráveis investimentos neste âmbito.

No ano de 2011 merecem menção e destaque, os seguintes:

- **Adaptação/melhoramento dos módulos aplicativos de diversas áreas, por imposições legais**, nomeadamente:

- Transferências (SEPA);
- Processamento de crédito;
- Interligação de participações de clientes;
- Abertura de contas;
- Digitalização de documentos.

- Desenvolvimento do módulo *HomeBanking*;

- Para cumprimento de normativos do órgão regulador, criação e implementação de BCB - Modelo de comunicação ao Banco de Portugal das contas do sistema bancário e C2B – prestação de serviços a clientes;

- Instalação da versão 1.7.1 das transferências a crédito SEPA;

- Implementação da nova operativa de cartões de débito - emissão de cartões com chip DDA;

- Em relação à aquisição de hardware e comunicações, destacam-se:

- a) Aquisição do novo sistema de comunicações telefónicas internas VoIP (Voz sobre IP), respectivos telefones para toda a Instituição e Sistemas de Controlo;
- b) Aquisição de um novo “Caixa Automático” para renovar o parque de máquinas, tecnologicamente mais evoluídas, com a possibilidade de receber depósitos em notas, instalada na agência de Arrabal;
- c) Numa perspectiva de *Disaster Recovery*, aquisição de servidor para solução de virtualização dos vários sistemas informáticos da Instituição;
- d) Aquisição de nova impressora/sistema de reprografia de cheques (Manufactura de cheques);
- e) Aquisição de novas *Workstations*/postos de trabalho, por requisitos de funcionalidade, a instalar em vários pontos de trabalho;
- f) Com o intuito de melhoramento do sistema digital de arquivo de documentos, adquiriram-se novas impressoras/digitalizadoras monocromáticas para equipar todas as agências e uma a cores para equipar o serviço de secretariado do Conselho de Administração, dotando-os de meios que permitam reduzir a “despapelização”.

8.2.3 – Meios de pagamento

A prestação de Serviços de Pagamento, através dos cartões, transferências electrónicas, débitos directos e *home-banking*, registou, em 2011, níveis de crescimento significativos, reveladores da boa aceitação por parte dos Clientes das soluções disponibilizadas e do esforço de dinamização efectuada em torno da promoção destes meios (como forma de melhorar a eficiência na prestação dos Serviços).

No que respeita ao número de cartões bancários, a CCAML registou um crescimento de 6,2 por cento (acima do crescimento do mercado, 2,3 pontos percentuais), principalmente, em resultado da produção de cartões de débito, recuperando, em 2011, para níveis de crescimento registados em anos anteriores (2007, 2008 e 2009).



Ao nível do desenvolvimento, foram implementadas importantes melhorias, tendo-se iniciado a utilização de cartões de débito Visa Electron EMV (com chip) com a tecnologia mais actual disponível, o sistema DDA (Dynamic Data Authentication), em substituição dos cartões com chip SDA (Static Data Authentication), reforçando-se a segurança na utilização dos cartões de débito, uma vez mais, de forma pioneira no nosso país.

Também foi substituída a imagem dos cartões por uma imagem mais actual, na sequência da mudança de imagem institucional, tendo-se aproveitado a oportunidade para introduzir uma diferenciação na emissão de cartões com uma segmentação em função da natureza dos clientes, nomeadamente com a criação de um novo cartão para os clientes mais jovens (com uma imagem mais ajustada).



A emissão de cartões de crédito, em resultado da parceria com a Unicre, registou também um crescimento (11 por cento), embora, em termos relativos, este tipo de cartões tenha uma expressão bastante menor na carteira de cartões da CCAML.

Sobre os terminais, em particular no caso dos Terminais de Pagamento Automático (TPA), também se registou um crescimento de 4,9 por cento (conta o decréscimo de 1,6 pontos percentuais, na rede SIBS). Relativamente ao número de Caixas Automáticas, não ocorreu nenhuma instalação nova, tendo-se, apenas, substituído o terminal da Agência do Arrabal, com a instalação de um equipamento que permite a autenticação dos depósitos, resultando num aumento do número deste tipo de transacções no equipamento.

O número de adesões ao “Serviço CCAML ON-Line” registou um crescimento de 20 por cento relativamente ao ano anterior, acompanhada de relevante crescimento ao nível da utilização. Em 2011 foram efectuados cerca de 130.000 acessos ao serviço de “home-banking”, crescendo 97 por cento relativamente a 2010, registando-se mais de 300.000 consultas de saldos e movimentos e mais de 43.000 transacções financeiras, de outra forma só possíveis em Agência ou através do serviço Multibanco.

Ainda ao nível da eficiência (apesar de não constituir um Meio de Pagamento), de referir ainda, um importante crescimento no número de adesões ao Extracto Electrónico. Apesar de recente, este serviço já emite mensalmente perto de 1000 extractos, permitindo uma importante economia de recursos e de poupança ambiental, além do aumento da eficácia na prestação da informação sobre os movimentos das contas e na redução do número de cadernetas a actualizar ou extractos a imprimir e expedir por correio.

Relativamente aos Débitos Directos, em 2011, registou-se um crescimento de 9,9 por cento do número de autorizações introduzidas e de 1,8 pontos percentuais no número de registos processados. Ao nível do desenvolvimento, foi concluído o plano de trabalhos em torno das mais recentes versões SEPA DD.

9. ÁREA SOCIAL

A CCAML em 2011 alcançou um universo de 12.721 associados, registando o seguinte movimento:

Sócios em 31 de Dezembro de 2010	12 858
Sócios admitidos no ano de 2011	32
	<hr/>
	12 890
Sócios demitidos a seu pedido no ano de 2011	78
Sócios falecidos e excluídos no ano de 2011	91
	<hr/>
Sócios existentes em 31 de Dezembro de 2011	12 721



10. RESULTADOS, EFICIÊNCIA E RENDIBILIDADE

10.1 – Análise e decomposição dos resultados

Em 2011, a CCAML alcançou, após a dedução dos impostos, um Resultado líquido do exercício de 5.120 milhares de euros, a que corresponde uma variação bastante favorável de 80,15 por cento, face ao ano de 2010. Este crescimento vem dar seguimento ao aumento verificado em 2010, de 39,24 por cento, como consequência do comportamento bastante favorável da Margem financeira (+ 51,38 por cento) e, consequentemente, do Produto bancário de exploração (+ 44,29 pontos percentuais).

Os maiores impactos negativos decorreram da evolução das Imparidades líquidas (+ 486 milhares de euros), das amortizações do exercício (+ 296 milhares de euros) e das Provisões para crédito cobrança duvidosa e crédito vencido (+ 231 milhares de euros), resultantes da situação económica e financeira adversa que se vive no nosso país e na área do euro, que afectou as empresas e as famílias, através das medidas de austeridade impostas pelo Orçamento de Estado, nomeadamente, aumentos das cargas fiscais que levaram ao fecho de muitas empresas e, que por sua vez, se traduziram no crescimento do número de desempregados, atingindo valores históricos.

DISCRIMINAÇÃO DA EVOLUÇÃO ANUAL DOS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

(milhares de euros)

Impacto positivo		Impacto negativo	
Origem	Valor	Origem	Valor
Margem financeira	4.948	Gastos com pessoal	88
Outros resultados de exploração	143	Gastos gerais administrativos	143
Provisões p. riscos gerais de crédito, líquidas reposições e anulações	3	Amortizações do exercício	296
		Resultados de serviços e comissões	41
		Outros resultados	181
		Provisões p. crédito cobr. Duvidosa e crédito vencido, líquidas de reposições e anulações	231
		Imparidade de outros activos	486
TOTAL	5.094	TOTAL	1.466

Variação = 3.628

De seguida, é analisado, individualmente, o comportamento de cada variável (com impacto positivo ou negativo) que influencia a formação do Resultado de exploração antes de impostos, apresentando uma variação global bastante favorável de 3.628 milhares de euros.

Variáveis com impacto positivo:

- A Margem financeira, resultante da diferença entre os juros e rendimentos similares recebidos e os juros e os encargos dispendidos, foi bastante mais favorável face ao exercício anterior, em 4.948 milhares de euros, contribuindo expressivamente para o resultado alcançado;
- A rubrica de Outros resultados de exploração registou um crescimento de 143 milhares de euros, face ao ano anterior;
- A conta que integra os movimentos de provisões líquidas para riscos gerais de crédito registou um decréscimo de 3 milhares de euros.



Variáveis com impacto negativo:

- Os Gastos com o pessoal obtiveram um crescimento ligeiro de 88 mil euros;
- Os Gastos gerais administrativos registaram um crescimento do saldo, face ao exercício anterior, todavia, efectuado de forma controlada e prevista no plano da instituição;
- As amortizações registaram um crescimento de 296 mil euros.
- O saldo líquido, dos rendimentos e dos encargos de serviços e comissões, apresentou uma ligeira variação desfavorável de 41 milhares de euros, face a 2010;
- O agregado de Outros resultados viu decrescer o seu saldo em 181 milhares de euros, tendo contribuído em grande parte para este resultado desfavorável, a variação negativa do Resultado dos activos financeiros disponíveis para venda que decresceram 124 milhares de euros;
- A conta que integra os movimentos de provisões líquidas para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido, registaram um crescimento de 231 milhares de euros;
- As imparidades de activos não financeiros cresceram 486 milhares de euros.

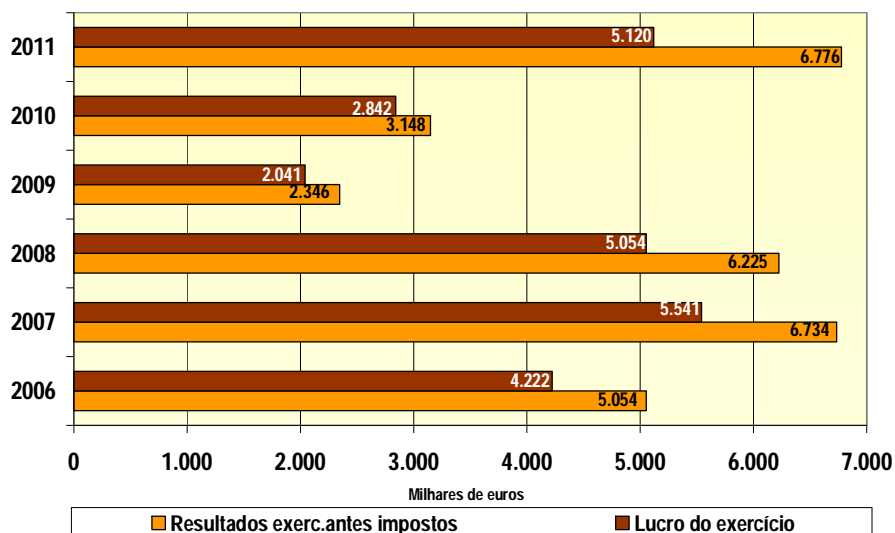
EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

(milhares de euros)

Rubricas	2011	2010	Variação	
			Valor	%
1 Juros e rendimentos similares	18.546	12.782	5.764	45,09
2 Juros e encargos similares	3.968	3.152	816	25,89
3 MARGEM FINANCEIRA (1-2)	14.578	9.630	4.948	51,38
4 Rendimentos de instrumentos de capital	15	15	0	0,00
5 Rendimentos de serviços e comissões	1.210	1.255	-45	-3,59
6 Encargos com serviços e comissões	294	298	-4	-1,34
7 Result activos e passivos av. justo valor através result.	0	0	0	-
8 Resultados activos financeiros disponíveis p/ venda	1	125	-124	-99,20
9 Resultados de reavaliação cambial	9	17	-8	-47,06
10 Resultados de alienação de outros activos	-41	8	-49	-612,50
11 Outros resultados de exploração	385	242	143	59,09
12 PROD. BANCÁRIO EXPLORAÇÃO (3+4+5-6+7+8+9+10+11)	15.863	10.994	4.869	44,29
13 Gastos com o pessoal	4.285	4.197	88	2,10
14 Gastos gerais administrativos	1.946	1.803	143	7,93
15 GASTOS ADMINISTRATIVOS (13+14)	6.231	6.000	231	3,85
16 RESULTADO OPERACIONAL (12-15)	9.632	4.994	4.638	92,87
17 Amortizações do exercício	669	373	296	79,36
18 Provisões líquidas de reposições e anulações	17	20	-3	-15,00
19 Reposição e anulação de provisões	1.522	1.291	231	17,89
20 Imparidade outros act financ líq reversões e recuperações	0	0	0	-
21 Imparidade outros activos líquida reversões e recuperações	648	162	486	300,00
22 RESULT. EX. ANTES DE IMPOSTOS (16-17-18-19-20-21)	6.776	3.148	3.628	115,25
23 Impostos correntes	2.024	739	1.285	173,88
24 Impostos diferidos	-368	-433	65	-15,01
25 LUCRO DO EXERCÍCIO (22-23-24)	5.120	2.842	2.278	80,15



RESULTADOS DO EXERCÍCIO



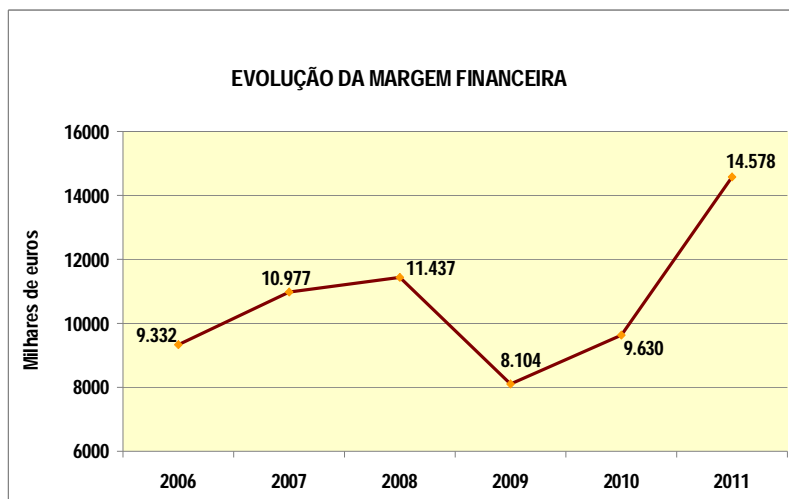
Os juros e rendimentos similares recebidos são formados na quase totalidade pelos juros recebidos, da remuneração das Aplicações em OIC (cerca de 52 por cento) e dos créditos concedidos a clientes (cerca de 32 pontos percentuais), enquanto que os juros e encargos dispendidos são formados essencialmente pelos juros pagos referentes à remuneração dos recursos dos clientes (absorvendo cerca de 96 por cento).

FORMAÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA

(milhares de euros)

Rubricas	2011		2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Juros recebidos, dos quais:	18.546	100,00	12.782	100,00	5.764	45,09
Aplicações em OIC's	9.730	52,47	5.752	45,00	3.978	69,16
Crédito a clientes	5.985	32,27	5.287	41,37	698	13,20
Juros de crédito vencido	193	1,04	136	1,06	57	41,91
Juros e rendi/ similares outros activos Financeiros	2.638	14,22	1.607	12,57	1.031	64,16
Juros pagos, dos quais:	3.968	100,00	3.152	100,00	816	25,89
Recursos de clientes	3.791	95,55	2.996	95,06	795	26,54
Outros	177	4,45	156	4,94	21	13,46
MARGEM FINANCEIRA	14.578	0,00	9.630	0,00	4.948	51,38

EVOLUÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA





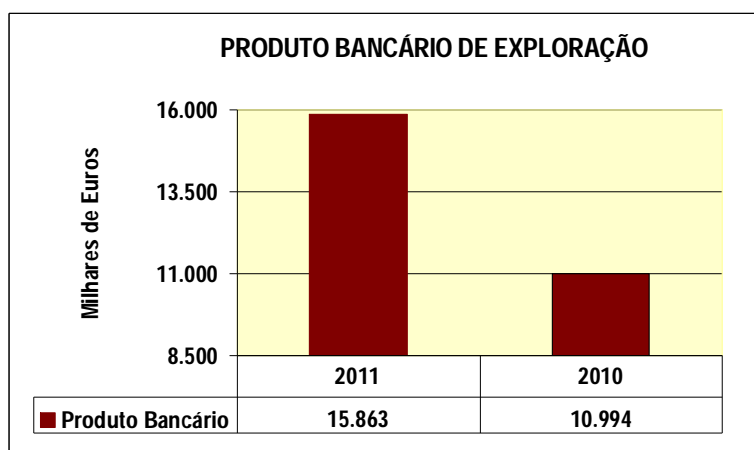
FORMAÇÃO DAS COMISSÕES

(milhares de euros)

Rubricas	2011		2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Comissões recebidas, dos quais:	1.210	100,00	1.255	100,00	-45	-3,59
Por garantias prestadas	66	5,45	63	5,04	3	4,76
Por serviços prestados	959	79,26	934	74,37	25	2,68
Por operações realizadas p/ conta de terceiros	154	12,73	191	15,25	-37	-19,37
Outras comissões	31	2,56	67	5,34	-36	-53,73
Comissões pagas, dos quais:	294	100,00	297	100,00	-3	-1,01
Por serviços bancários de terceiros	270	91,57	261	87,70	9	3,45
Outras comissões	24	8,43	36	12,30	-12	-33,33
COMISSÕES LÍQUIDAS	916	0,00	958	0,00	-42	-4,38

10.2 – Produto bancário

No ano de 2011, o produto bancário ascendeu a 15,863 milhões de euros e situou-se acima dos valores registados nos anos de 2009 e 2010, em 6.424 e 4.869 milhares de euros (a que corresponde crescimentos de 68,06 e 44,29 por cento, respectivamente), tendo contribuído para esta variação, essencialmente, a margem financeira, com 4.948 milhares de euros (+ 51,38 pontos percentuais), face a 2010 e com 6.474 milhares de euros (+ 79,89 por cento), face a 2009.

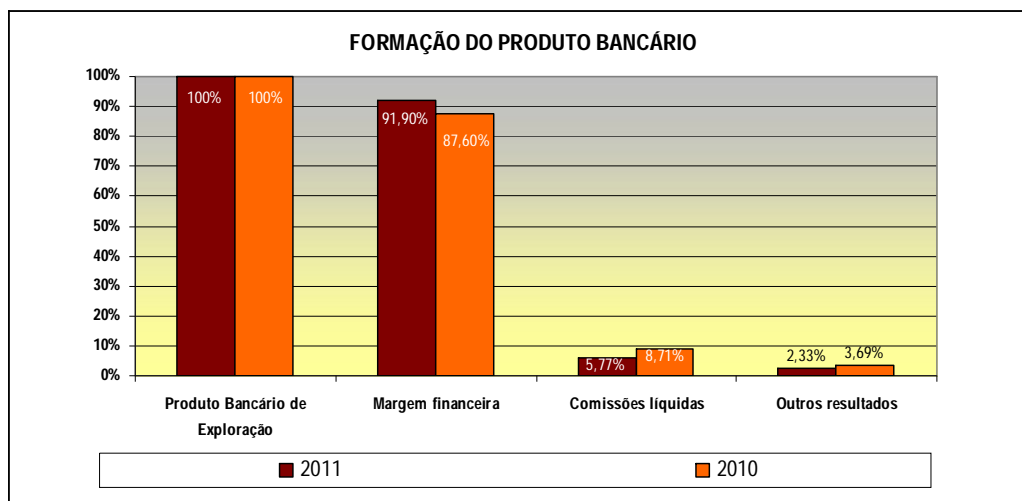


Apesar dos condicionalismos resultantes da conjuntura económica e financeira mundial, em 2011, tal como em 2010, foi possível fazer crescer significativamente a margem financeira em 51,38 por cento, fixando-se em 14.578 milhares de euros, a que corresponde uma parcela de 91,90 por cento da formação total do produto bancário de exploração, contra 5,77 pontos percentuais referente às comissões líquidas e 2,33 em relação aos Outros resultados.

FORMAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO

(milhares de euros)

	2011		2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Margem financeira	14.578	91,90	9.630	87,60	4.948	51,38
Comissões	916	5,77	958	8,71	-42	-4,38
Outros resultados	369	2,33	406	3,69	-37	-9,11
Produto Bancário de Exploração	15.863	100,00	10.994	100,00	4.869	44,29



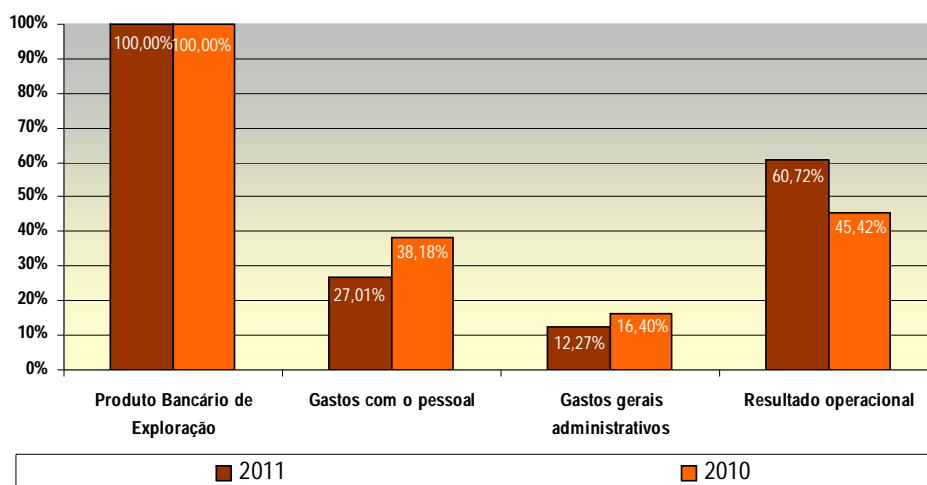
Pela perspectiva de aplicação/distribuição do produto bancário, constata-se que, tal como no ano de 2010, a rubrica Resultado operacional é a que regista o maior peso com 60,72 por cento face aos 45,42 do ano anterior, seguindo-se a rubrica Gastos com pessoal com 27,01 pontos percentuais (38,18 em 2010) e, finalmente, a rubrica Gastos gerais administrativos com 12,27 pontos de percentagem (16,40 em 2010).

APLICAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO

(milhares de euros)

	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Gastos com o pessoal	4.285	27,01	4.197	38,18
Gastos gerais administrativos	1.946	12,27	1.803	16,40
Resultado operacional	9.632	60,72	4.994	45,42
Produto Bancário de Exploração	15.863	100,00	10.994	100,00

APLICAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO





10.3 – Eficiência

A CCAML em 2011, tal como no ano anterior, manteve a prática de políticas de gestão sã, diligentes e seguras, em linha com os objectivos delineados de melhoria da eficiência interna. Assim, no ano em análise, obteve um rácio *cost-to-income*, medido pelo peso dos gastos operacionais no produto bancário, de 43,50 por cento, face aos 57,97 pontos de percentagem, verificados no período homólogo anterior, evidenciando uma melhoria muito expressiva de 14,47 pontos percentuais.

Cálculo do rácio de eficiência total (*cost-to-income*)

	Unidade	2011	2010
Gastos com o pessoal	mil euros	4.285	4.197
Gastos gerais administrativos	mil euros	1.946	1.803
Amortizações do exercício	mil euros	669	373
Gastos de funcionamento (A)	mil euros	6.900	6.373
Produto bancário (C)	mil euros	15.863	10.994
RÁCIO COST-TO-INCOME (A/C)	%	43,50	57,97

EFICIÊNCIA RELATIVA

Rácios	2011	2010	(em percentagem)	
			Variação	
			Valor	em %
1. Gastos com pessoal / Produto bancário exploração	27,01	38,18	-11,17 p.p.	-29,26
2. Gastos gerais administrativos / Produto bancário	12,27	16,40	-4,13 p.p.	-25,18
3. Amortizações exercício / Produto bancário Exploração	4,22	3,39	0,83 p.p.	24,48
4. RÁCIO COST-TO-INCOME (1+2+3)	43,50	57,97	-14,47 p.p.	-24,96

A melhoria de eficiência resultou do contributo determinante do incremento do produto bancário de exploração em 4.869 milhares de euros (+ 44,29 por cento face a 2010) e do acréscimo ligeiro da rubrica de Gastos de funcionamento ou de estrutura em 8,27 por cento em relação a 2010 (+ 527 milhares de euros), reduzindo assim, o montante necessário de libertação do produto bancário para fazer face aos custos de estrutura da instituição, traduzindo-se na melhoria do resultado operacional.

Este crescimento ligeiro dos gastos de estrutura deveu-se ao incremento das amortizações e dos Gastos gerais administrativos em 296 e 143 milhares de euros (+ 79,36 e + 7,93 pontos percentuais face a 2010). O aumento da rubrica de amortizações do exercício refere-se, essencialmente, às amortizações de equipamentos e software, enquanto que, o incremento verificado na rubrica Gastos gerais administrativos refere-se, principalmente, ao aumento das rubricas de Fornecimento de terceiros, Conservação e reparação e Serviços especializados (nomeadamente no que diz respeito à subcontratação de apoio de serviços de desenvolvimentos informáticos e despesas com serviço Multibanco).

O incremento verificado do produto bancário de exploração deveu-se, principalmente, ao esforço financeiro realizado para melhorar a margem financeira em 51,38 por cento (+ 4.869 milhares de euros face a 2010) tendo sempre presente os riscos associados daí resultantes.



EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DE ESTRUTURA

(milhares de euros)

Contas	2011	2010	Variação	
			Valor	%
1. Gastos com pessoal	4.285	4.197	88	2,10
Remuneração de órgãos de gestão e fiscalização	366	373	-7	-1,88
Remuneração de empregados	2.887	2.854	33	1,16
Encargos sociais obrigatórios	935	908	27	2,97
Outros custos com pessoal	97	62	35	56,45
2. Gastos gerais administrativos	1.946	1.803	143	7,93
Fornecimento de terceiros	315	224	91	40,63
Rendas e alugueres	25	25	0	0,00
Comunicações	253	208	45	21,63
Deslocações, estadas e representações	56	75	-19	-25,33
Publicidade e edição de publicações	106	47	59	125,53
Conservação e reparação	113	47	66	140,43
Transportes	18	9	9	100,00
Formação de pessoal	24	21	3	14,29
Seguros	33	30	3	10,00
Serviços especializados	827	496	331	66,73
Outros serviços de terceiros	176	621	-445	-71,66
3. Amortizações do exercício	669	373	296	79,36
Imóveis	170	123	47	38,21
Equipamento	317	203	114	56,16
Software	182	47	135	287,23
4. TOTAL DOS CUSTOS DE ESTRUTURA	6.900	6.373	527	8,27
5. PRODUTO BANCÁRIO DE EXPLORAÇÃO	15.863	10.994	4.869	44,29
Margem financeira	14.578	9.630	4.948	51,38
Resultado de comissões e de outros	1.285	1.364	-79	-5,79
6. RÁCIO COST-TO-INCOME (4/5)	43,50%	57,97%	-14,47 p.p.	-24,96

INDICADORES DE FUNCIONAMENTO/PRODUTIVIDADE	Unidade	2011	2010
Activo líquido / n.º de trabalhadores	mil euros	3.800	3.943
Custos administrativos / activo líquido	%	1,58%	1,48%
Depósitos / N.º trabalhadores	mil euros	3.258	3.355
Gastos com pessoal / Recursos alheios	%	1,26%	1,21%
Produto bancário Exploração / n.º trabalhadores	mil euros	153	107
Volume de negócios / n.º trabalhadores	mil euros	6.970	7.221
Crédito a clientes / Recursos de clientes	%	45,58%	44,23%
Total de trabalhadores / N.º balcões	em n.º	6,5	6,4

A queda do volume de negócios e a admissão de um colaborador para uma área técnica, conduziram à degradação da maioria dos indicadores de funcionamento e produtividade, sendo esta evolução atenuada pela melhoria substancial do rácio que pondera o produto bancário por trabalhador.



10.4 – Rendibilidade

Os níveis de rendibilidade alcançados em 2011 fixaram-se acima dos valores obtidos nos anos de 2009 e 2010, ou seja, a Rendibilidade do Activo (ROA) cifrou-se em 1,3 por cento face aos 0,5 e 0,7 por cento, respectivamente, a Rendibilidade do Capital (ROE) ascendeu a 12,83 por cento (+ 8,47 pontos percentuais face a 2009 e + 6,63 por cento face a 2010) e o peso do Produto Bancário no Activo Líquido Médio fixou-se em 4,01 por cento (face aos 2,31 e 2,69 pontos percentuais alcançados em 2009 e 2010).

INDICADORES DE RENDIBILIDADE	Unidade	2011	2010
A. Margem de lucro (ml)	%	24,01%	18,31%
B. Rendimento dos activos (ra)	%	5,39%	3,80%
C. Rendibilidade do activo líquido (ROA) = (ml) x (ra)	%	1,30%	0,70%
D. Relação Activo líq. médio / Recursos próprios médios	n.º	9,90	8,92
E. Rendibilidade dos recursos próprios (ROE)	%	12,83%	6,20%
F. Resultados antes impostos / Activo líquido médio	%	1,71%	0,77%
G. Produto bancário / Activo líquido médio	%	4,01%	2,69%
H. Resultados antes impostos / Recursos próprios médios	%	16,98%	6,87%

A. Resultados do exercício / Proveitos totais

B. Proveitos totais / Activo líquido médio

E. ROE = C x D

O *cash-flow* atingiu em 2011 o valor de 9.632 milhares de euros, correspondente a um incremento de 4.639 milhares de euros (+ 92,88 por cento face a 2010), devendo-se essencialmente aos acréscimos registados nas rubricas de “Provisões e imparidades líquidas” e “Resultado do exercício antes de impostos” de cerca de 715 e 3.628 milhares de euros, respectivamente.

ESTRUTURA DO CASH-FLOW

(milhares de euros)

Rubricas	2011		2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
CASH-FLOW	9.632	100,00	4.994	100,00	4.638	92,87
Amortizações	669	6,94	373	7,47	296	79,36
Provisões e imparidades líquidas	2.187	22,71	1.473	29,49	714	48,47
Resultado do exercício antes de impostos	6.776	70,35	3.148	63,04	3.628	115,25

11. INDICADORES PRUDENCIAIS

A relação entre o imobilizado líquido e os fundos próprios mostram um crescimento de 2,96 por cento, fixando-se nos 31,04 pontos percentuais.

Os restantes indicadores prudenciais analisados afiguram-se compatíveis e adequados às normas recomendadas pela entidade de supervisão.

INDICADORES PRUDENCIAIS

INDICADORES PRUDENCIAIS	Unidade	2011	2010
Rácio de solvabilidade	%	22,36	29,48
Imobilizado líquido / fundos próprios	%	31,04	28,08
Provisões crédito / crédito e juros vencidos	%	91,26	88,60
Provisões para riscos gerais crédito / crédito concedido	%	0,91	0,90



Apesar da CCAML ter reforçado os Fundos próprios de base elegíveis em 1.840 mil euros (+ 3,47 por cento face a 2010), com o objectivo de manter a solidez e a sustentabilidade da instituição, prevendo e antecipando as incertezas que se vivem numa conjuntura propícia a maiores níveis de risco, viu o seu rácio de solvabilidade registar uma quebra de 7,7 pontos de percentagem, após a descida das avaliações do *rating* da república efectuadas pelas empresas de notação externa, mantendo-se, no entanto, no confortável valor de 22,36 por cento (face aos 29,48 por cento de 2010), continuando e mantendo-se assim, muito acima do limite mínimo indicado pela Entidade de Supervisão para 2011, de 9 por cento.

ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS (a)

(milhares de euros)

Rubricas	2011	2010	Variação	
			Valor	%
Fundos próprios base elegíveis	54.884	53.044	1.840	3,47
Fundos próprios complementares elegíveis	1.767	1.750	17	0,97
Deduções	1.423	1.376	47	3,42
1. Fundos próprios elegíveis	55.228	53.418	1.810	3,39
2. Activos e elementos extra patrimoniais ponderados	223.511	159.497	64.014	40,13
3. Requisitos de fundos próprios	19.764	14.498	5.266	36,32
4. Fundos próprios disponíveis (1-3)	35.465	38.921	-3.456	-8,88
5. RÁCIO DE SOLVABILIDADE (1 / (3 x 12,5))	22,36%	29,48%	-7,12 p.p.	-24,15

ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE (a)

(milhares de euros)

Rubricas	2011	2010	Variação	
			Valor	%
1. Fundos próprios de base	54.884	53.044	1.840	3,47
2. Requisitos de fundos próprios x (12,5)	247.048	181.223	65.825	36,32
3. Rácio de adequação dos Fundos P. base (Tier 1)	22,22%	29,27%	-7,05 p.p.	-24,09

a) De acordo com as determinações do Banco de Portugal (Instrução 16/2004)

12. ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria CRL. (CCAML) é uma instituição de crédito, sob a forma de cooperativa de responsabilidade limitada, que rege a sua actividade de acordo com o Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, tendo como âmbito territorial os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém.

A CCAML tem vindo a conciliar a sua realidade e natureza jurídica com os modelos previstos na lei, adoptando um modelo de governo composto pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal, existindo ainda um órgão com funções predominantemente consultivas denominado de Conselho Consultivo, com uma duração de mandato de três anos.

Para além das disposições legais, estatutárias e das normas regulamentares emitidas pelo Banco de Portugal, todas as actividades desenvolvidas pela CCAML regem-se, também, pelo cumprimento das deliberações dos órgãos associativos e das normas internas.

O Normativo Interno é divulgado a todos os colaboradores através de um portal interno (intranet), estruturado por temas do qual faz parte integrante o Código de Conduta.



O sítio da Internet www.caixacreditoleiria.pt divulga a informação financeira e prudencial, nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis, assim como informação de carácter Institucional.

12.1 – Assembleia Geral

Conforme definido nos estatutos, compete à Assembleia Geral:

- a) Eleger, suspender e destituir os titulares dos cargos sociais;
- b) Votar a proposta de plano de actividades e de orçamento da Caixa Agrícola para o exercício seguinte;
- c) Votar o relatório, o balanço e as contas do exercício anterior;
- d) Aprovar a fusão, a cisão e a dissolução da Caixa Agrícola;
- e) Aprovar a associação e a exoneração da Caixa Agrícola de organismos cooperativos de grau superior;
- f) Fixar a remuneração dos titulares dos órgãos sociais da Caixa Agrícola;
- g) Decidir do exercício do direito de acção cível ou penal contra Administradores, gerentes, outros mandatários ou membros do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo ou da Mesa da Assembleia Geral;
- h) Decidir da alteração dos Estatutos.

Os membros da mesa da Assembleia Geral, à semelhança dos restantes membros dos órgãos sociais, são eleitos trienalmente em Assembleia Geral. As reuniões da Assembleia Geral são dirigidas pelo Presidente da Mesa, a qual é composta, para além do Presidente, por um Vice-Presidente e um Secretário:

Presidente: José Ribeiro Salgueiro

Vice-Presidente: Guilherme Alves da Silva

Secretário: Miguel Silva Henriques

12.2 – Conselho de Administração

Sem prejuízo do mais previsto nas leis e nos estatutos, compete ao Conselho de Administração:

- a) Administrar e representar a Caixa Agrícola;
- b) Elaborar, para votação pela Assembleia Geral, uma proposta de plano de actividades e de orçamento para o exercício seguinte;
- c) Elaborar, para votação pela Assembleia Geral, o relatório e as contas relativas ao exercício anterior;
- d) Adoptar as medidas necessárias à garantia da solvabilidade e liquidez da Caixa Agrícola;
- e) Decidir das operações de crédito da Caixa Agrícola;
- f) Fiscalizar a aplicação dos capitais mutuados;
- g) Promover a cobrança coerciva dos créditos da Caixa Agrícola, vencidos e não pagos;
- h) Organizar, dirigir e disciplinar os serviços.

A Administração da CCAML é exercida pelo Conselho de Administração, eleita trienalmente em Assembleia Geral, com mandato de 2010 a 2012 e constituída por cinco administradores, eleitos para os cargos de Presidente, Vice Presidente e três Vogais:

Presidente: Mário Ferreira Matias

Vice-Presidente: Jorge Manuel Pereira Cova

Vogal: Ernestina Maria Lourenço Tavares Santos

Vogal: Adriano Silva Marques Ferreira

Vogal: António José Almeida Sequeira



12.3 – Conselho Fiscal

Sem prejuízo do disposto na lei e nos estatutos, compete ao Conselho Fiscal:

- a) Acompanhar assiduamente a acção do Conselho de Administração, colaborando com ela quando para tanto for solicitado;
- b) Examinar, sempre que o julgue conveniente, a escrita e documentação da Caixa Agrícola, verificando a existência de valores de qualquer natureza;
- c) Emitir pareceres sobre o relatório e contas da Caixa Agrícola e sobre a proposta de Plano de Actividades e de Orçamento;
- d) Zelar pela correcta aplicação das regras legais e estatutárias e das deliberações da Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal, enquanto órgão fiscalizador, é composto por três membros efectivos e um suplente. Dos membros efectivos, um assume a função de Presidente e os restantes de vogais:

Presidente: Oliveira de Jesus Soares

Vogal: Filipe José Cândido da Silva

Vogal: Alexandre Moura Valente

Substituto: Afonso Marcelino dos Santos

12.4 – Política de remuneração

12.4.1 - Política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Para cumprimento da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, que estabelece o regime de aprovação e divulgação da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização das entidades de interesse público, e nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011 que, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, estabelece as regras a observar em matéria de Política de Remuneração, é divulgada e submetida à aprovação da Assembleia Geral a declaração sobre a política de remuneração.

A declaração sobre a política de remuneração resulta da proposta do Conselho de Administração apresentada à Assembleia-Geral, no dia 11 de Dezembro de 2009, onde consta a composição discriminada das remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização, que veio a ser aprovada por unanimidade.

“Declaração Sobre Política de Remuneração

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL. é uma cooperativa de crédito, fundada em 3 de Janeiro de 1915 e tem com área de acção os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém.

Nos primeiros 65 anos da sua existência, isto, é até 1980, os Órgãos Sociais foram constituídos exclusivamente por agricultores associados sem remuneração.

O crescimento da Instituição, a abertura de agências, o aumento do volume de negócio e o controlo das autoridades monetárias, recomendaram que a partir daquela data a Administração da CCAML passasse a ser feita por profissionais qualificados oriundos dos quadros da própria CCAML.



Em face ao antecedente a política de remuneração dos Órgãos Sociais da CCAML, considerando a Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, e nos termos do n.º 2 do Artigo 12.º dos Estatutos, sobre a remuneração dos Órgãos Sociais, a política de remuneração dos órgãos de administração e fiscalização da CCAML obedece aos seguintes princípios:

1.º A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é aprovada pela Assembleia-Geral, nos termos dos estatutos, não havendo recurso, nesta matéria, a consultores externos, nem à existência de uma Comissão de Remunerações, por não se considerar adequado face as características de dimensão, organização interna e natureza das actividades exercidas;

2.º A política de remuneração procura ajustar-se às características particulares da Instituição, nomeadamente face à sua forma jurídica, de âmbito regional, com um número limitado de operações autorizadas e de natureza não complexa e ao nível do apuramento das necessidades de capital e dos riscos associados. Assentando numa componente remuneratória fixa, entende-se ser a forma mais equilibrada de não incentivar o crescimento e a assunção excessiva de riscos;

3.º O desempenho do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é apreciado pela Assembleia-Geral, considerando a informação divulgada, e analisada pelos órgãos de fiscalização, sobre o desempenho económico e financeiro da Instituição, a informação prudencial sobre os riscos e o cumprimento das regras aplicáveis;

4.º A remuneração base é indexada ao Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo;

5.º A remuneração do Conselho de Administração é constituída por:

- a) Presidente – Remuneração do nível 18 do ACT das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo, acrescido de um subsídio de função fixo no valor de € 1.200,00;
- b) Vice-Presidente – Remuneração do Nível 17 do ACT das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo, acrescido de um subsídio de função fixo no valor de € 600,00;
- c) Vogais - Remuneração do Nível 17 do ACT das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo, acrescido de um subsídio de função fixo no valor de € 300,00
- d) Os Administradores a quem for confiada a gestão corrente, nos termos do n.º 3 do Artigo 24º dos Estatutos, têm um acréscimo remuneratório correspondente a duas horas de isenção de horário de trabalho.

6.º A remuneração do Conselho Fiscal é constituída por:

- a) Presidente - A remuneração mensal corresponde a 20% do nível 18 do ACT das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo;
- b) Vogais – A remuneração mensal corresponde a 20% do Nível 17 do ACT das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo.

7.º As remunerações enunciadas nos pontos 4 e 5, a exemplo do que sucede com a generalidade dos colaboradores da Instituição, são processadas com as seguintes regras:

- a) Todas as remunerações são processadas por 15 meses;
- b) O subsídio de almoço é pago em condições idênticas às que são devidas aos membros do quadro de pessoal, ou seja, serão processadas apenas em 11 meses, por ano;
- c) As remunerações descritas nos pontos anteriores podem ser revistas anualmente nas mesmas condições em que for revisto o ACT.

8.º Inexistência de uma remuneração variável com base nos eventuais lucros da CCAML, fundamenta-se não só, na cultura da Instituição, que traduz os princípios expressos no Artigo 99º do regime Jurídico, aprovado pelo Decreto n.º 5219 de 8 de Janeiro de 1919, mas, ainda, e principalmente, porque se entendeu de elevado risco estimular quem iria beneficiar do crescimento que essencialmente seria pelo crescimento do crédito. A associação da remuneração ao desempenho, ao nível dos resultados, com uma ponderação da evolução dos rácios prudenciais e dos riscos associados, dependeria, quase na sua exclusividade, do crescimento do crédito, podendo, assim, comprometer a independência necessária à sua decisão e ser geradora de conflito de interesses;



9.º A política de remuneração dos colaboradores que exercem funções de controlo, nomeadamente, Auditoria Interna, Compliance e Gestão de Riscos, é estabelecida pelo Conselho de Administração, com os seguintes princípios:

- a) A remuneração assenta na sua componente fixa, garantindo a independência em relação ao desempenho financeiro das áreas financeiras onde exerce o controlo;
- b) A remuneração é estabelecida em função do nível e nas condições estabelecidas pelo Acordo Colectivo de Trabalho;
- c) A remuneração é processada por 15 meses;
- d) A avaliação do desempenho individual é efectuada pelo Conselho de Administração, baseada nos objectivos específicos relacionados com as funções exercidas, nomeadamente pelo cumprimento dos planos de actividades e de desenvolvimentos das funções traçados, independentemente do desempenho das áreas sob controlo."

12.4.2 - Análise sobre a Política de Remuneração

Em cumprimento do disposto na alínea d) do ponto 24 do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 88/2011, de 20 de Julho, apresenta-se abaixo uma análise sobre a Política de Remuneração dos órgãos de administração e fiscalização, elaborado pelas funções de controlo:

"Relatório de avaliação à política de remuneração

1.º Considerando o enquadramento legal, nomeadamente o Código Cooperativo e o Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, e nos termos dos Estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL., a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização é aprovada pela Assembleia Geral. A Assembleia Geral de 11 de Dezembro de 2009, aprovou (por unanimidade) a proposta sobre a Política de Remuneração, onde vem discriminada a composição das remunerações dos órgãos sociais, cumprindo-se com o estabelecido quanto à necessidade da existência de uma política, formalmente documentada, e que esta seja aprovada pelo órgão societário competente;

2.º O Aviso do Banco de Portugal número n.º 10/2011, que veio revogar o Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2010 e a Carta-Circular n.º 2/2010/DSB, actualiza a regulamentação relativa aos princípios gerais em matéria de políticas e práticas de remuneração. A Política de Remuneração, revela-se ajustada, considerando o princípio da proporcionalidade, nomeadamente no que respeita à dimensão, organização interna, natureza, âmbito e complexidade da actividade da instituição, à natureza e magnitude dos riscos e ao grau de centralização e delegação de poderes estabelecido na CCAML, não obstante o facto da política aprovada em Assembleia Geral não contemplar uma componente variável da remuneração;

3.º Relativamente ao risco, nomeadamente ao nível da prevenção de uma assunção excessiva e imprudente de riscos e da consistência da política com a gestão do risco, liquidez e capital da CCAML, alinhada com os interesses de longo prazo da Instituição, a actual política, assentando exclusivamente na componente fixa, reflecte uma posição em que a existência de remunerações variáveis poderá encorajar o crescimento (que seria pelo crescimento do crédito), como forma de aumentar a remuneração. O crescimento excessivo do crédito de uma instituição com as características da CCAML poderá representar um aumento do risco ao nível do crédito e concentração. Posições que, neste momento, se encontram em activos de menor risco. A política de remuneração não contempla componentes variáveis que estimulem o crescimento e a assunção excessiva e incontrolada de riscos. Não obstante essas componentes variáveis poderem ser convertidas num instrumento de redução de risco, os actuais níveis de liquidez e capital não reflectem a necessidade de reforçar esses mecanismos, revelando-se consentâneas com uma gestão sã e prudente."

12.4.3 - Informação sobre a remuneração dos membros dos órgãos sociais

Relativamente aos deveres de informação quantitativa sobre a Política de Remunerações, o quadro abaixo apresenta o valor discriminado, dos órgãos de administração e fiscalização, do montante anual bruto das remunerações auferidas.



INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS EM 2011

Órgãos Sociais	Cargo	Remuneração
Conselho de Administração		
- Mário Ferreira Matias	Presidente	€ 67.133,66
- Jorge Manuel Pereira Cova	Vice-Presidente	€ 74.465,99
- Ernestina Maria Lourenço Tavares dos Santos	Vogal	€ 69.392,77
- Adriano da Silva Marques Ferreira	Vogal	€ 69.760,52
- António José Almeida Sequeira	Vogal	€ 48.600,96
Conselho Fiscal		
- Oliveira de Jesus Soares	Presidente	€ 9.219,88
- Filipe José Cândido da Silva	Vogal	€ 8.182,77
- Alexandre Moura Valente	Vogal	€ 8.256,75
- Afonso Marcelino dos Santos	Vogal (substituto)	€ 8.197,91

Em 2011, não se registaram alterações na composição dos órgãos sociais, nem se registaram admissões ou rescisões do contrato de trabalho, no quadro de colaboradores que exercem funções de controlo.

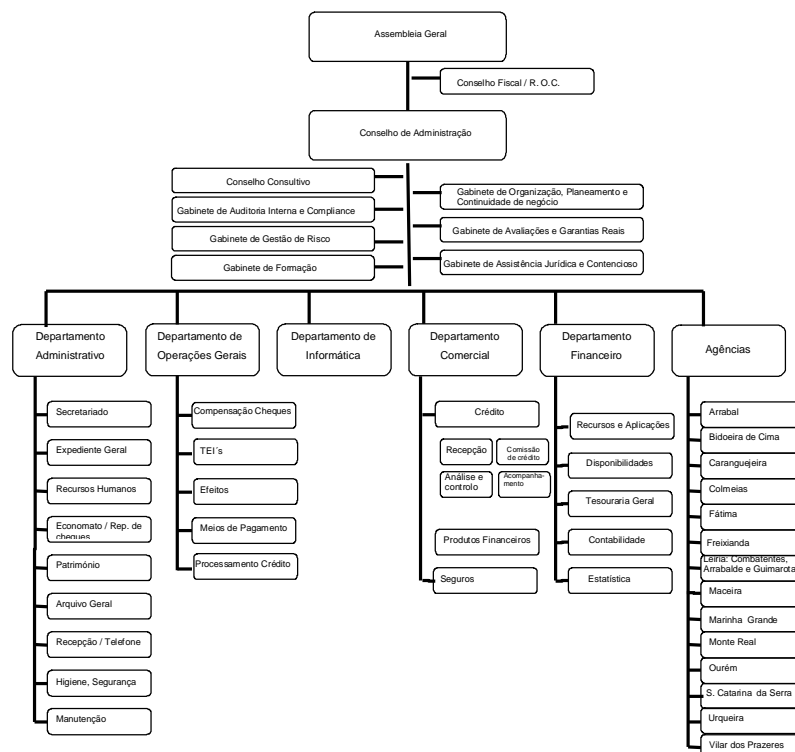
O colaborador que recebe o maior pagamento, excluindo os elementos dos Órgãos Sociais, auferiu em 2011 o valor bruto de € 47.793,61.

Os colaboradores que exercem em exclusivo as funções de controlo auferiram, conjuntamente, em 2011, € 54.966,57.

12.5 - Organograma

O modelo organizativo e a repartição de funções e responsabilidades entre as diferentes unidades de estrutura é da responsabilidade do Conselho de Administração, o qual define o modelo de estrutura organizacional e a repartição de funções entre as diversas unidades.

O organograma da CCAML tem a seguinte configuração:





12.6 - Sistema de Controlo Interno

O sistema de controlo interno define-se como o conjunto das estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos definidos pelo órgão de administração, bem como das acções empreendidas por este órgão e pelos restantes colaboradores da instituição, com vista a garantir:

- a) Um desempenho eficiente e rentável da actividade, no médio e longo prazo;
- b) A existência de informação financeira e de gestão completa, pertinente, fiável e tempestiva;
- c) O respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Para assegurar uma adequada gestão do sistema de controlo interno, estão implementadas as funções de Gestão de Riscos, de *Compliance* e de Auditoria Interna, com competências específicas e transversais para que, em conjunto e em articulação com toda a estrutura, possam desenvolver as actividades conducentes à existência de um ambiente de controlo, sistema de gestão de riscos, sistema de informação e comunicação e um processo de monitorização, adequados às necessidades da Instituição e nos termos das normas regulamentares estabelecidas pelo Banco de Portugal.

12.7 - Auditoria

O revisor oficial de contas é designado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho de Administração.

A sociedade Oliveira, Reis & Associados - SROC, Lda. é o Auditor Externo responsável pelos serviços de Auditoria e Revisão Oficial de Contas da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria.

O revisor oficial de contas tem, especialmente, o dever de proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legal das contas, nos termos previstos na lei, à análise aos mapas prudenciais e à emissão de parecer sobre o sistema de controlo interno.

O total de honorários facturados durante o exercício de 2011 pela sociedade de revisores oficiais de contas, foi de € 32.750, dos quais € 29.000 correspondem aos serviços de revisão legal de contas, sendo que os restantes, no montante de € 3.750, dizem respeito a outros serviços de garantia de fiabilidade.



13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, para os resultados líquidos apurados no fim do exercício de 2011, no montante 5'119 562,62 euros, a seguinte distribuição:

	(em euros)
▪ Cobertura de resultados transitados negativos (derivados de ajustamentos pela aplicação das NCA's)	75 930,65
▪ Reserva legal	2 500 000,00
▪ Reserva especial	2 542 631,97
▪ Reserva para educação e formação cooperativa	500,00
▪ Reserva para mutualismo	500,00

Se esta proposta de distribuição dos excedentes líquidos merecer a aprovação da Assembleia Geral, a situação líquida da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria passa a discriminar-se assim:

Capital Social	37 112 055,00
Reservas	3 951 265,82
Reserva legal	15 000 000,00
Reserva para educação e formação cooperativa	18 000,00
Reserva para mutualismo	25 000,00
Reservas resultantes da valorização ao justo valor	(18 662 243,64)
Reserva de reavaliação legais	549 189,29
Reservas por impostos diferidos	4 347 211,59
Reserva especial	2 674 108,58
Situação líquida	41 063 320,82

Nota: Os resultados transitados negativos, no montante de 75 930,65 euros devem-se, fundamentalmente, ao reconhecimento de parte dos impactos da transição para as NCA's, decorrentes da adopção da IAS 19, referentes ao Fundo de Pensões e Encargos com o SAMS.

Nota final:

Nenhum facto relevante ocorreu desde o fim do exercício até esta data, que justifique referência especial neste relatório.

Leiria, 8 de Março de 2012

O Conselho de Administração



CAIXA DE CRÉDITO DE LEIRIA

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.

Matriculada na C.R.C. de Leiria, com o n.º único de matrícula e de identificação fiscal 500 978 921

Sede: Largo Cândido dos Reis, n.º 19 a 25 - 2400-112 LEIRIA

Balanço em base individual (NCA)

31 de Dezembro de 2011

	Notas/ Quadros anexos	Ano			Ano anterior
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	13	8.981.168		8.981.168	9.058.629
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14	4.195.026		4.195.026	5.895.289
Activos financeiros detidos para negociação					
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados					
Activos financeiros disponíveis para venda	15	41.830.407	0	41.830.407	48.834.712
Aplicações em instituições de crédito	16	176.354.499	0	176.354.499	181.472.286
Crédito a clientes	17	154.518.625	13.613.479	140.905.146	140.781.119
Investimentos detidos até à maturidade					
Activos com acordo de recompra					
Derivados de cobertura					
Activos não correntes detidos para venda	18	5.882.437	1.099.335	4.783.102	5.181.175
Propriedades de investimento					
Outros activos tangíveis	19	17.897.363	6.721.734	11.175.629	11.234.423
Activos intangíveis	20	1.832.222	1.477.519	354.703	528.254
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	21	2.500		2.500	2.500
Activos por impostos correntes		0		0	0
Activos por impostos diferidos	30	5.878.721		5.878.721	2.281.528
Outros activos	22	777.076	32.654	744.422	887.034
Total de Activo		418.150.044	22.944.721	395.205.323	406.156.949

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração



CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUA DE LEIRIA, C.R.L.

Matriculada na C.R.C. de Leiria, com o n.º único de matrícula e de identificação fiscal 500 978 921

Sede: Largo Cândido dos Reis, n.º 19 a 25 - 2400-112 LEIRIA

Balanço em base individual (NCA)

31 de Dezembro de 2011

		€	
	Notas/ /Quadros anexos	Ano	Ano anterior
Passivo			
Recursos de bancos centrais			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Recursos de outras instituições de crédito	23	189.971	66.676
Recursos de clientes e outros empréstimos	24	338.789.734	345.572.474
Responsabilidades representadas por títulos			
Passivos financeiros associados a activos transferidos			
Derivados de cobertura			
Passivos não correntes detidos para venda			
Provisões	25	1.398.483	1.381.621
Passivos por impostos correntes	29	1.047.105	26.268
Passivos por impostos diferidos	30	37.833	39.106
Instrumentos representativos de capital	27	6.210.838	7.098.191
Outros passivos subordinados			
Outros passivos	26	6.468.038	5.760.981
Total de Passivo		354.142.002	359.945.317
Capital			
Capital	27	37.112.055	35.131.500
Prémios de emissão		0	0
Outros instrumentos de capital		0	0
Ações próprias		0	0
Reservas de reavaliação	28	-13.765.843	-3.593.344
Outras reservas e resultados transitados	28	12.597.546	11.831.449
Resultado do exercício		5.119.563	2.842.027
Dividendos antecipados		0	0
Total de Capital		41.063.321	46.211.632
Total de Passivo + Capital		395.205.323	406.156.949

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração



CAIXA DE CRÉDITO DE LEIRIA

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.

Matriculada na C.R.C. de Leiria, com o n.º único de matrícula e de identificação fiscal 500 978 921

Sede: Largo Cândido dos Reis, n.º 19 a 25 - 2400-112 LEIRIA

Demonstração de Resultados em base individual (NCA) 31 de Dezembro de 2011

		€	
	Notas/ Quadros anexos	Ano	Ano anterior
Juros e rendimentos similares	2	18.546.032	12.782.209
Juros e encargos similares	2	3.967.832	3.151.799
Margem Financeira		14.578.200	9.630.410
Rendimentos de instrumentos de capital	3	14.467	14.646
Rendimentos de serviços e comissões	4	1.209.920	1.255.302
Encargos com serviços e comissões	4	294.333	297.596
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		0	0
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	5	1.196	125.310
Resultados de reavaliação cambial	6	9.133	17.026
Resultados de alienação de outros activos	7	-41.165	8.158
Outros resultados de exploração	8	385.175	240.543
Produto bancário		15.862.593	10.993.799
Custos com pessoal	9	4.284.649	4.196.646
Gastos gerais administrativos	10	1.945.535	1.803.290
Amortizações do exercício	19 e 20	668.993	373.188
Provisões líquidas de reposições e anulações	11	16.862	19.790
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	12 e 17	1.522.303	1.290.960
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		0	0
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	18	648.123	161.968
Resultado antes de impostos		6.776.128	3.147.957
Impostos			
Correntes	29	2.024.025	739.007
Diferidos		-367.460	-433.077
Resultado após impostos		5.119.563	2.842.027
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-44.681	0

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração



CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS – NCA's

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria (adiante apenas designada por "CCAM") foi constituída em 3 de Janeiro de 1915, tem actualmente como âmbito de acção e actividade os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém, sendo a cobertura feita através de uma rede de dezasseis balcões ligados "on line" entre si e a sede.

A CCAM é uma instituição de crédito sob a forma de cooperativa de responsabilidade limitada que pratica as operações permitidas pelo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro, e alterado por vários diplomas subsequentes, tendo obtido autorização para a prática de operações de crédito com não associados, nos limites e condições previstos no n.º 2 do artigo 28.º do RJCAM, bem como operações de crédito com finalidades distintas das previstas no artigo 27.º e com os limites estabelecidos no n.º 6 do artigo 36.º-A do mesmo RJCAM.

NOTA 1 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A) Bases de Apresentação

Os valores apresentados estão expressos em euros.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras da CCAM foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal, no Aviso n.º 1/2005, de 28 de Fevereiro, e outra legislação subsequente.

Em consequência, para as matérias reguladas no Aviso n.º 1/2005 e nos Avisos que determinam o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões, não são aplicáveis as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), sendo estas aplicáveis às restantes matérias.

As matérias reguladas no Aviso n.º 1/2005 são, em síntese, as seguintes:

A.1 - CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES

Entende-se por crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber) os activos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor, abrangendo a actividade típica da concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros, realizadas no âmbito da actividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

Na valorimetria dos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber), é observado o seguinte:

- Na data do reconhecimento inicial, os activos financeiros são registados pelo valor nominal, não podendo, quer nessa data quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos em reclassificações para as restantes categorias de activos financeiros;
- A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados;



- c) Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais, segundo a regra *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos reituais ao longo de um período superior a um mês;
- d) Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria são, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo a regra da alínea anterior;
- e) Os créditos e valores a receber de outros devedores são objecto de correcção de acordo com o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões para risco específico, conforme determina o Banco de Portugal no Aviso n.º 3/95, de 30 de Junho;
- f) Para efeitos da provisão para risco específico, os créditos e juros vencidos são classificados por classe de risco, classes I a XII, de 3 a 60 meses, conforme Instrução do Banco de Portugal n.º 6/2005, de 28 de Fevereiro. As prestações vencidas e não cobradas relativas a um mesmo contrato são consideradas na classe de risco da que se encontra por cobrar há mais tempo;
- g) A provisão para risco específico varia até atingir 100%, sendo que esta cobertura pode ser atingida na classe V ou na classe XII, consoante a natureza do crédito e a garantia adstrita;
- h) São também provisionados os créditos de cobrança duvidosa correspondentes a prestações vincendas de uma mesma operação de crédito, nas condições do n.º 4.º do Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal;
- i) São ainda constituídas provisões genéricas para o total do crédito em carteira, incluindo o representado por aceites, garantias, compromissos irrevogáveis e outros instrumentos de natureza análoga, abatido do sujeito a provisões específicas. As provisões genéricas variam entre 0,5% e 1,5% dos créditos.

A.2 - RESTANTES ACTIVOS FINANCEIROS

No âmbito da valorização (e cálculo da imparidade) dos restantes activos financeiros é considerado o quadro mínimo de referência estabelecido no Aviso n.º 3/95 e na Instrução n.º 7/2005, de 28 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

A.3 - ACTIVOS TANGÍVEIS

Os activos tangíveis são mantidos ao custo de aquisição, salvo quando se verifiquem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que os ajustamentos de valor daí resultantes serão incorporados em sub-rubrica apropriada da conta "Reservas de reavaliação legais".

B) Principais Políticas Contabilísticas

B1 - CRÉDITO A CLIENTES

O crédito a clientes (e os valores a receber de outros devedores) é registado de acordo com os critérios acima referidos nas bases de apresentação.

As comissões e outros ganhos e perdas associadas às operações de crédito, por se considerarem imateriais, são directamente reconhecidas em resultados do exercício.

A anulação contabilística de créditos é feita por utilização das provisões para crédito vencido quando estas correspondam a 100% do valor do crédito.



Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As garantias prestadas emitidas pela CCAM, são passivos eventuais uma vez que garantem o cumprimento perante terceiros das obrigações dos seus clientes no caso de estes falharem os compromissos assumidos.

Os compromissos irrevogáveis, na generalidade, são acordos contratuais de curto prazo para utilização de linhas de crédito que geralmente têm associados prazos fixos, ou outras cláusulas de expiração, e requerem o pagamento de uma comissão. Os compromissos da CCAM com linhas de crédito estão na sua maioria condicionados à manutenção pelo cliente de determinados parâmetros, à data de utilização dessa facilidade.

As garantias prestadas e os compromissos irrevogáveis são reconhecidos pelo valor em risco, sendo as comissões ou juros associados a estas operações, registados em resultados ao longo da sua vida.

B2 - ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço na data de negociação ou contratação, salvo excepções de carácter contratual, legal ou regulamentar.

No momento inicial são reconhecidos ao justo valor acrescido dos custos de transacção directamente atribuíveis, com excepção dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, em que os custos de transacção são de imediato reconhecidos em resultados.

B2.1 - ACTIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO OU RECONHECIDOS AO JUSTO VALOR EM RESULTADOS E PASSIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo.

A CCAM regista nesta rubrica os títulos de rendimento fixo ou de rendimento variável transaccionados em mercados activos classificados como de negociação.

Estes activos e passivos financeiros são avaliados ao justo valor, com os custos e proveitos associados às transacções, registados em resultados; os ganhos e perdas resultantes das alterações do justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros corridos e não cobrados das obrigações e outros títulos de rendimento fixo são reconhecidos no valor de Balanço.

B2.2 - ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica inclui os activos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros pelo justo valor através da conta de resultados (i.e. instrumentos financeiros de negociação).

A CCAM regista nesta rubrica os títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação ou de crédito e os títulos de rendimento variável disponíveis para venda.

Os activos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, os respectivos ganhos e perdas são reconhecidos directamente nos capitais próprios na rubrica "reservas de reavaliação de justo valor" (excepto no caso de perdas de imparidade) até que o activo seja vendido. Nesse momento o ganho ou perda anteriormente reconhecida no capital próprio é revertido para resultados.



Os juros corridos de obrigações e de outros títulos de rendimento fixo são registados em resultados à taxa de juro nominal.

B3 - ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os activos não correntes detidos para venda são aqui classificados quando se prevê que o seu valor de Balanço seja recuperado através de alienação. A sua valorização deve ser efectuada ao menor dos valores entre o custo de aquisição e o valor de avaliação periódica; caso exista uma perda por imparidade, na avaliação inicial ou subsequente esta deve ser registada em resultados. As mais-valias potenciais não são reconhecidas no Balanço. Estes activos não são objecto de qualquer amortização.

Esta rubrica inclui imóveis, equipamento e outros bens recebidos em dação em cumprimento que passaram à posse da CCAM para regularização de crédito concedido.

B4 - ACTIVOS TANGÍVEIS

Os activos tangíveis são registados ao custo de aquisição e a respectiva depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, aplicada ao custo histórico, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Beneficiações em imóveis arrendados	10
Equipamento informático e de escritório	3 a 10
Mobiliário e instalações interiores	6 a 12
Viaturas	4

B5 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis são compostos, essencialmente, por aquisição de software (sistemas de tratamento automático de dados) e outros activos intangíveis, cujo impacto se repercute para além do exercício em que são gerados. Estes activos são amortizados no período de 3 anos pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com o critério fiscal aplicável.

B6 - OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica residual inclui todos os activos não enquadrados em outras rubricas, não existindo uma valorimetria específica; é observado o princípio definido na Instrução n.º 7/2005 de que os activos não financeiros estão em imparidade quando a sua quantia escriturada excede a quantia recuperável.

B7 - DEPÓSITOS E OUTROS RECURSOS

Os depósitos e recursos financeiros de clientes e instituições de crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva resulta do desconto dos pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do passivo financeiro para o valor líquido actual de Balanço. O cálculo inclui as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.



As comissões e outros ganhos e perdas associadas aos depósitos e outros recursos, por se considerarem imateriais, são directamente reconhecidas em resultados do exercício.

B8 - PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, nomeadamente, processos judiciais e outras perdas expectáveis decorrentes da actividade. O seu reconhecimento efectua-se sempre que exista uma obrigação presente, legal ou construtiva, seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

B9 - IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O encargo do exercício com impostos sobre os lucros, para a CCAM, é calculado tendo em consideração o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis à Instituição.

Desde 2001, tal como no exercício actual a CCAM foi tributada em base individual ao abrigo do Estatuto Fiscal Cooperativo (EFC). Para o apuramento da repartição dos custos pelas actividades à taxa reduzida de 20% (abrangidas pelo EFC) e às taxas gerais de 12,5% e 25% consoante o escalão (excluídas do EFC), a CCAM elaborou um normativo interno que explicita os critérios seguidos no seu apuramento.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no Balanço e a sua base tributável.

Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais são também registados como activos por impostos diferidos.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos até ao montante em que seja expectável existirem lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis.

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado directamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam creditados ou debitados, no mesmo ou num diferente período, directamente ao capital próprio. Foi adoptado este reconhecimento relativamente aos títulos de dívida pública.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da CCAM durante um período de quatro anos, podendo por isso resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios ainda susceptíveis de revisão.

B10 - RESPONSABILIDADE COM PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

B10.1 - FUNDO DE PENSÕES

Face às responsabilidades assumidas para com os seus funcionários, a CCAM aderiu ao *Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo* que se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efectuadas pela Segurança Social, relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo Acordo Colectivo de Trabalho das *Instituições de Crédito Agrícola Mútuo* (ACT), sendo esses complementos calculados, por referência ao ACT, de acordo com:

- (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma;
- (ii) o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo;
- (iii) o número total de anos de serviço à data de reforma.



A partir do exercício de 2008, inclusive, o financiamento das responsabilidades com o SAMS passou também a ser assegurado pelo Fundo de Pensões.

O valor global das *responsabilidades com pensões e outros benefícios*, encontra-se, consoante a respectiva natureza, registado em Outros Passivos ou em Outros Activos. O valor correspondente ao exercício de 2011, no montante de 468.342 euros, por ter natureza credora, é apresentado na rubrica Outros Passivos.

Nos termos do n.º 2 do n.º 11.º do Aviso n.º 12/2001, as instituições de crédito que apliquem as NCA's, devem divulgar em nota adequada do anexo às contas, diversa informação relativa às responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência, a qual será detalhada mais adiante na Nota 26.

B10.2 – PRÉMIOS DE ANTIGUIDADE

Nos termos do ACT a CCAM assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados no activo, que completem os quinze, vinte e cinco e trinta anos de serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois e três meses de remuneração mensal no ano de atribuição.

De acordo com a Carta Circular 12/06/DSBDR de 20 de Janeiro de 2006, a CCAM reconheceu em Outros Passivos, aquelas responsabilidades (ver Nota 26). O acréscimo do exercício, no montante de 82 euros, foi apurado com base nos critérios utilizados pelo Crédito Agrícola. No mesmo período, foi colocado à disposição dos beneficiários o total de 29.961 euros.

B10.3 – ENCARGOS COM O SAMS

Conforme já foi referido, a partir do exercício de 2008, inclusive, o financiamento das responsabilidades com o SAMS passou a ser assegurado pelo Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, tendo-se procedido à reclassificação dessas responsabilidades. No final do ano de 2008, o Banco de Portugal emitiu um novo aviso (Aviso n.º 7/2008), no qual permite diferir os impactos decorrentes da transição para a IAS 19, por um período adicional de três anos face ao período estipulado inicialmente. Assim, o montante de 575.450 euros, que em 31-12-2007 ainda estava por reconhecer em resultados transitados, é imputado ao longo de nove anos, sendo o montante a reconhecer anualmente de 63.939 euros.

B11 – CAPITAL

Nos termos do art.º 14.º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM) o Capital Social das CCAM é variável, não podendo ser inferior a um mínimo fixado por portaria do Ministério das Finanças (i.e. € 7.500.000); prevê ainda no art. 15º um capital mínimo a subscrever em títulos de capital por cada associado (i.e. € 500).

O capital pode ser reduzido por amortização dos títulos de capital nos termos do art.º 17.º do RJCAM e restantes condições estatutárias.

Sempre que existam títulos de capital "extraordinário", o montante total destes títulos é reclassificado para a respectiva rubrica de Passivo, "Instrumentos representativos de capital".

B12 - FUNDO DE GARANTIA DE DEPÓSITOS

A CCAM aderiu ao *Fundo de Garantia de Depósitos*, que foi constituído em Novembro de 1994 com o objectivo de garantir o reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito aderentes.

O limite do compromisso irrevogável de pagamento (montante "até ao qual as instituições de crédito participantes podem substituir o pagamento da referida contribuição pelo compromisso irrevogável de o efectuarem em qualquer



momento em que o Fundo o solicite, no todo ou em parte”) a aplicar naquela contribuição anual foi fixado em 10% para o exercício de 2011 (10% também em 2010).

Em 2011, a taxa contributiva de base aplicável é de 0,03%, sendo a respectiva contribuição paga, de 75.092 euros, reconhecida em custos de forma linear ao longo do exercício.

Em 31 de Dezembro de 2011, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a CCAM tinha dado em penhor 700.000 euros em OT 4,45% – Junho 2008-2018 e 900.000 euros em OT 3,85% – Abril 2005-2021, para caução do compromisso irrevogável de pagamento de contribuições relativas aos contratos celebrados com o referido Fundo de Garantia de Depósitos.

B13 - ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

A CCAM segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere ao reconhecimento contabilístico dos juros das operações activas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança.

B14 – OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

A compra e a venda de notas e moedas estrangeiras são convertidas para euros com base na taxa de câmbio no dia da operação; as existências no final do ano foram convertidas para euros com base no câmbio médio à vista de referência à data de 31 de Dezembro de 2011, divulgados pelo Banco Central Europeu e pelo *Banco de Portugal*. As restantes operações em moeda estrangeira, são realizadas por uma instituição bancária em regime de comissão (prestação de serviços).

B15 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS FILIAIS E ASSOCIADAS

As participações financeiras podem ser consideradas empresas filiais, sempre que a CCAM detém o controlo ou o poder para o controlo da gestão da entidade, ou empresas associadas, aquelas em que a CCAM exerce directa ou indirectamente uma influência significativa sobre a sua gestão mas não detém o controlo da empresa. Presume-se que existe influência significativa quando a participação no capital é igual ou superior a 20%.



NOTA 2 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2011	31-12-2010
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de disponibilidades em Bancos Centrais	79,404	70,258
Juros de disponibilidades e aplicações em Instituições Financeiras	9,650,784	5,681,823
Juros de Crédito	6,178,448	5,422,684
Juros de Activos Financeiros disponíveis para Venda	2,637,368	1,607,360
Outros Juros e Rendimentos Similares	28	84
	18,546,032	12,782,209
Juros e Encargos Similares		
Juros de Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	1,379	688
Juros de Depósitos de Clientes	3,791,229	2,995,983
Outros Juros e Encargos Similares	175,224	155,128
	3,967,832	3,151,799
Margem Financeira	14,578,200	9,630,410

NOTA 3 – RENDIMENTO DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2011	31-12-2010
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	14,467	14,646
	14,467	14,646



NOTA 4 – RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2011	31-12-2010
Rendimentos de Serviços e Comissões		
Por garantias prestadas	66,179	63,323
Por serviços bancários prestados	959,394	933,528
Por operações realizadas por conta de terceiros	154,236	191,427
Outras comissões recebidas	30,111	67,024
	1,209,920	1,255,302
Encargos com Serviços e Comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	269,517	260,983
Por operações realizadas por terceiros	0	0
Outras comissões pagas	24,816	36,613
	294,333	297,596

NOTA 5 – RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2011			31-12-2010		
	Proveitos	Custos	Resultado	Proveitos	Custos	Resultado
Instrumentos de Dívida						
De Dívida Pública						
Títulos de Dívida Pública	1,196	0	1,196	125,310	0	125,310
	1,196	0	1,196	125,310	0	125,310

NOTA 6 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2011			31-12-2010		
	Proveitos	Custos	Resultado	Proveitos	Custos	Resultado
Reavaliação Cambial						
Ganhos/Perdas em Diferenças Cambiais	15,350	6,217	9,133	23,243	6,217	17,026
	15,350	6,217	9,133	23,243	6,217	17,026



NOTA 7 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2011			31-12-2010		
	Proveitos	Custos	Resultado	Proveitos	Custos	Resultado
Alienação de Outros Activos						
Activos Não Correntes Detidos p/ Venda	758	45,439	-44,681	0	0	0
Outros Activos Tangíveis	3,516	0	3,516	8,158	0	8,158
	4,274	45,439	-41,165	8,158	0	8,158

NOTA 8 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2011	31-12-2010
Outros Proveitos Operacionais		
Outros Ganhos e Rendimentos Operacionais	565,034	485,082
	565,034	485,082
Outros Custos Operacionais		
Impostos Directos e Indirectos	30,370	10,483
Quotizações e Donativos	69,125	155,881
Contribuições para o FGD	75,092	73,631
Outros Encargos e Gastos Operacionais	5,272	4,544
	179,859	244,539
	385,175	240,543

NOTA 9 – CUSTOS COM O PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2011	31-12-2010
Vencimentos e Salários		
Remuneração Órgãos de Gestão e Fiscalização	365,923	372,685
Remuneração Empregados	2,886,693	2,853,610
Encargos Sociais Obrigatórios		
Segurança Social	695,463	606,403
SAMS	159,722	162,003
Fundo de Pensões	56,778	109,797
Outros Encargos Obrigatórios	23,242	30,009
Outros Custos com o Pessoal		
Serviços Clínicos	4,600	0
Contribuições para Associações de Empregados	18,745	18,710
Outros	73,483	43,429
	4,284,649	4,196,646



NOTA 10 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2011	31-12-2010
Água, Energia e Combustíveis	122,914	97,049
Material de Consumo Corrente	182,523	109,983
Publicações	3,204	2,525
Material de Higiene e Limpeza	3,898	4,058
Outros Fornecimentos de Terceiros	2,626	10,807
Rendas e Alugueres	25,350	25,335
Comunicações	253,027	207,554
Deslocações Estadas e Representação	56,072	75,140
Publicidade e Edição de Publicações	105,569	46,580
Conservação e Reparação	113,152	46,778
Transportes	18,336	8,653
Formação de Pessoal	23,873	20,593
Seguros	32,472	29,869
Serviços Especializados		
Avenças e Honorários	61,424	63,478
Judiciais Contencioso e Notariado	72,550	109,083
Informatica	380,022	205,562
Segurança e Vigilância	33,324	19,287
Limpeza	74,730	69,362
Informações	641	706
Outros Serviços Especializados	204,011	29,721
Outros Serviços de Terceiros	175,817	621,167
	1,945,535	1,803,290

NOTA 11 – PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

	31-12-2011	31-12-2010
Dotações	92,909	84,547
Reversões	76,047	64,757
Saldo (Dotações - Reversões)	16,862	19,790



NOTA 12 – CORRECÇÕES DE VALOR ASSOCIADAS AO CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES (LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES)

O valor desta rubrica apresenta a seguinte variação:

	31-12-2011	31-12-2010
Dotações	1,978,018	1,586,787
Reversões	455,715	295,827
Saldo (Dotações - Reversões)	1,522,303	1,290,960

NOTA 13 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2011	31-12-2010
Caixa	2,822,441	2,685,087
Depósitos à Ordem em Bancos Centrais		
Banco de Portugal	6,158,727	6,373,542
	8,981,168	9,058,629

A rubrica Depósitos à Ordem em Bancos Centrais – Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

NOTA 14 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2011	31-12-2010
Disponibilidade em Outras Instituições de Crédito no País		
Depósitos à ordem	2,641,764	4,641,072
Cheques a Cobrar	1,553,262	1,254,217
	4,195,026	5,895,289



NOTA 15 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

31-12-2011							
	Valor Nominal	Valor Mercado	Juros corridos	Reserva de Justo Valor		Imparidade	Valor Balanço
				Positiva	Negativa		
Instrumentos de Dívida							
De Dívida Pública							
Títulos de Dívida Pública	58,822,960	39,683,634	934,111		18,182,402		40,617,745
Instrumentos de Capital							
Participações Financeiras							
Acções	50,125	1,212,662					1,212,662
Outras							
	58,873,085	40,896,296	934,111	0	18,182,402	0	41,830,407

31-12-2010							
	Valor Nominal	Valor Mercado	Juros corridos	Reserva de Justo Valor		Imparidade	Valor Balanço
				Positiva	Negativa		
Instrumentos de Dívida							
De Dívida Pública							
Títulos de Dívida Pública	50,872,148	46,819,478	802,572		4,772,184		47,622,050
Instrumentos de Capital							
Participações Financeiras							
Acções	50,125	1,212,662					1,212,662
Outras							
	50,922,273	48,032,140	802,572	0	4,772,184	0	48,834,712

NOTA 16 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2011	31-12-2010
Aplicações em Instituições de Crédito no País		
Depósitos	174,751,649	180,007,915
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de Aplicações em Instituições de Crédito	1,602,850	1,464,371
	176,354,499	181,472,286



NOTA 17 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2011	31-12-2010
Credito Interno + Juros		
Empresas e Administrações Publicas		
Desconto e Outros Créditos Titulados Por Efeitos	1,880,767	1,491,034
Empréstimos	51,473,027	50,424,137
Créditos em Conta Corrente	8,745,035	8,283,322
Descobertos em Depósitos à Ordem	7,655	4,330
Particulares		
Habitação	46,616,232	47,165,418
Consumo	3,772,858	3,677,400
Outras Finalidades		
Desconto e Outros Créditos Titulados Por Efeito	204,725	396,300
Empréstimos	23,690,541	24,858,519
Créditos em Conta Corrente	1,673,132	1,358,142
Descobertos em Depósitos à Ordem	5,422	7,449
	138,069,394	137,666,051
Credito e Juros Vencidos		
Empresas e Administrações Publicas	11,156,712	10,303,179
Particulares		
Habitação	1,248,704	1,090,280
Consumo	334,783	256,341
Outras Finalidades	3,699,757	3,549,126
Juros Vencidos a Regularizar	9,275	7,544
	16,449,231	15,206,470
Provisões Acumuladas		
Para Crédito de Cobrança Duvidosa	-89,722	-115,345
Para Crédito Vencido	-13,523,757	-11,976,057
	-13,613,479	-12,091,402
	140,905,146	140,781,119

Os movimentos ocorridos nas provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido, foram os seguintes:

	31-12-2011	31-12-2010
Saldo Inicial	12,091,402	10,811,782
Dotações	1,978,018	1,586,787
Utilizações	226	11,340
Reversões	455,715	295,827
Saldo Final	13,613,479	12,091,402



NOTA 18 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2011	31-12-2010
Activos Não Correntes Detidos para Venda		
Imoveis	5,876,699	5,717,657
Outros Activos	5,738	5,738
Provisões para Imparidade - Activos Não Financeiros		
Activos Tangíveis Não Correntes Detidos p/ Venda	-1,099,335	-542,220
	4,783,102	5,181,175

O movimento ocorrido nas provisões desta rubrica:

	31-12-2011	31-12-2010
Saldo Inicial	542,220	380,253
Dotações	663,653	161,967
Utilizações	91,008	0
Reversões	15,530	0
Saldo Final	1,099,335	542,220

NOTA 19 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2011	31-12-2010
Imóveis		
De Serviço Próprio	10,318,468	5,002,994
Obras em Imóveis Arrendados	0	0
Equipamento		
Mobiliário e Material	66,360	7,423
Maquinas e Ferramentas	61,124	79,723
Equipamento Informático	208,936	161,068
Instalações Interiores	34,312	38,183
Material de Transporte	57,818	68,262
Equipamento de Segurança	64,773	85,528
Outro Equipamento	0	0
Outros Activos Tangíveis		
Diversos	0	0
Património Artístico	29,588	29,547
Activos Tangíveis em Curso		
Imóveis	334,250	5,583,879
Equipamento	0	177,816
	11,175,629	11,234,423



O movimento desta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Outros Activos Tangíveis	Activos Tangíveis em Curso	Total
Saldo Líquido a 31-Dez-2010	5,002,994	440,187	29,547	5,761,695	11,234,423
Compras		204,619	9,621	213,776	428,016
Abates (Líquido)					0
Amortizações do Exercício	160,269	316,961	9,580		486,810
Transferências	5,475,743	165,478		-5,641,221	0
Saldo Líquido a 31-Dez-2011	10,318,468	493,323	29,588	334,250	11,175,629

NOTA 20 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	31-12-2011	31-12-2010
Outros Activos Intangíveis		
Sistemas de Tratamento Automático de Dados	332,142	514,325
Outros Activos Intangíveis	0	0
Activos Intangíveis em Curso	22,561	13,929
	354,703	528,254

O movimento desta rubrica foi o seguinte:

	Sistemas de Tratamento Automático de Dados	Outros Activos Intangíveis	Activos Intangíveis em Curso	Total
Saldo Líquido a 31-Dez-2010	514,325	0	13,929	528,254
Compras			8,632	8,632
Abates (Líquido)				0
Amortizações do Exercício	182,183			182,183
Transferências				0
Regularizações				0
Saldo Líquido a 31-Dez-2011	332,142	0	22,561	354,703



NOTA 21 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2011	31-12-2010
Investimentos em Associadas	1,250	1,250
Investimentos em Empreendimentos Conjuntos	1,250	1,250
	2,500	2,500

NOTA 22 – OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2011	31-12-2010
Devedores e Outras Aplicações		
Aplicações Diversas	0	0
Devedores Diversos	143,594	110,021
Outros Activos		
Outros Metais Preciosos, Numismática e Meda.	82	82
Rendimentos a Receber		
Outros Rendimentos a Receber	3,785	4,326
Despesas com Encargo Diferido		
Outras Despesas com Encargo Diferido	437,998	492,569
Responsab. com Pensões e Out. Benefícios		
Resp. c/ Pensões Out. Benefícios (saldo devedor)	0	0
Outras Contas de Regularização		
Outras Operações a Regularizar	158,963	280,036
	744,422	887,034

A maior componente desta rubrica está incluída nas Despesas com Encargo Diferido e refere-se mais concretamente aos Encargos Diferidos com o SAMS ainda não reconhecidos em resultados, cujo saldo em 31-12-2011 se cifrava em 319.694 euros (383.633 euros em 31-12-2010), conforme explicado atrás na Nota B10.3.

NOTA 23 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	31-12-2011	31-12-2010
Recursos de Outras Instituições de Crédito		
Depósitos à Ordem	189,971	66,676
Depósitos a Prazo	0	0
Outros Recursos	0	0
	189,971	66,676



NOTA 24 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2011	31-12-2010
Depósitos de Residentes		
Do Sector Público Administrativo		
Depósitos à Ordem	1,419,874	1,026,101
Depósitos a Prazo	5,010	5,006
De Emigrantes		
Depósitos à Ordem	970,124	1,073,641
Depósitos a Prazo	7,537,741	8,283,097
De Outros Residentes		
Depósitos à Ordem	76,923,529	77,214,230
Depósitos a Prazo	211,391,895	210,420,278
Depósitos de Poupança		
Poupança Reformados	30,896,075	34,718,053
Poupança Outros	379,392	615,177
Outros	9,198,066	12,180,758
Outros Recursos de Clientes		
Cheques e Ordens a Pagar	68,028	36,133
	338,789,734	345,572,474

NOTA 25 – PROVISÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	Provisão para Riscos Gerais de Crédito	Provisão para Garantias e Compromissos Assumidos	Total
Saldo a 31-Dez-2010	1,164,283	217,338	1,381,621
Dotações	92,909	0	92,909
Utilizações	0	0	0
Reversões	76,047	0	76,047
Saldo a 31-Dez-2011	1,181,145	217,338	1,398,483



NOTA 26 – OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2011	31-12-2010
Credores e Outros Recursos		
Recursos Diversos	1,827,062	1,818,561
Sector Publico Administrativo	276,901	247,875
Cobranças por Conta de Terceiros	6,174	5,982
Contribuições para Outros Sistemas de Saúde	17,995	18,082
Credores Diversos	2,078,229	1,437,202
Responsab. com Pensões e Out. Benefícios		
Respons. c/ Pensões e Out. Benefícios (saldo credor)	468,342	462,772
Receitas Com Rendimento Diferido		
Outras Receitas c/ Rendimento Diferido (s/ crédito)	5,166	4,814
Encargos a Pagar		
Outros Encargos a Pagar		
Por Gastos com Pessoal		
Rem. Órgãos Gestão e Fiscalização	61,953	61,533
Remunerações de Empregados	449,847	434,507
Outros Gastos c/ Pessoal - Prémios de Antiguidade	508,746	508,664
Outras Contas de Regularização		
Operações Passivas a Regularizar	440,040	326,473
Outras Operações a Regularizar	327,583	434,516
	6,468,038	5,760,981

As componentes mais significativas desta rubrica são os Recursos Diversos e os Credores Diversos, e o seu elevado montante está relacionado com a aquisição de bens sitos em Paredes de Vitória, que eram de Soares & Barosa, Lda., no âmbito do processo de insolvência da referida sociedade, que se encontram registados na rubrica Activos Não Correntes Detidos para Venda (Ver Nota 18), e a posterior celebração de contratos-promessa de compra e venda com os promitentes compradores.

Assim, em 31-12-2011, nos Recursos Diversos está incluído o montante de 1.814.500 euros (1.814.500 euros também em 2010), referente a uma caução bancária a favor da Massa Falida de Soares & Barosa, Lda., em resultado da aquisição dos bens anteriormente referidos, que corresponde à parte do preço não depositada, por dispensa conforme despacho nos autos. Nos Credores Diversos está incluído o montante de 1.718.035 euros (998.167 euros em 2010) referente a adiantamentos recebidos nos termos dos contratos-promessa de compra e venda relativos aos mesmos imóveis, já celebrados com os promitentes compradores.

Em relação às responsabilidades com pensões e outros benefícios, o saldo global, por ter natureza credora, é apresentado nesta rubrica, e resulta do valor das responsabilidades totais de 958.412 euros, acrescido dos desvios actuariais no valor de 684.478 euros e deduzido do valor patrimonial do fundo de pensões, no montante de 1.174.548 euros.

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e respectivos encargos pós-reforma com o serviço de assistência médico-social (SAMS), apresentadas nesta rubrica, estão cobertas pelo Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, do qual é Associada a CCAM de Leiria, e que se encontra sob a gestão da Crédito Agrícola Vida – Companhia de Seguros, S.A..

No final do exercício de 2008, as responsabilidades com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) passaram a ser financiadas através do Fundo de Pensões. De acordo com a cláusula 116.^a do acordo colectivo de trabalho (ACT), constituem contribuições obrigatórias das instituições de crédito para o SAMS a verba correspondente a 6,5% das pensões de reforma e sobrevivência.



A avaliação actuarial contempla os trabalhadores no activo, licenças sem vencimento, pré-reformados, reformados e pensionistas, e os benefícios a atribuir pelo Plano de Pensões, são os definidos no Acordo Colectivo de Trabalho das Instituições do Crédito Agrícola Mútuo (ICAM). De acordo com as Cláusulas 109.º, 110.º e 111.º do ACT, os participantes ao abrigo deste Plano terão direito a uma pensão de invalidez ou velhice, em função do nível e diuturnidades, calculados e actualizados com base na totalidade do tempo de serviço prestado até à data do evento.

Em 31 de Dezembro de 2011, a população da CCAM de Leiria, abrangida, distribuía-se de acordo com o seguinte quadro:

Trabalhadores no Activo e Licenças sem Vencimento	
Número de participantes	105
Idade média	44.0
Antiguidade média na banca	18.4
Salário médio anual	26,398 €
Folha anual de salários	2,771,752 €
Reformados e Pensionistas	
Número de beneficiários	12
Idade média	71.2
Pensão média anual a cargo do Fundo	977 €

Na avaliação actuarial, foram considerados os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

Pressupostos Financeiros	
Taxa de crescimento salarial futura	2%
Taxa de crescimento do Salário Mínimo Nacional	2.5%
Taxa de desconto	5.5%
Taxa de crescimento das pensões	1.75%
Taxa de revalorização de salários para a Seg. Social (n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 187/2007)	1.81%
Taxa de revalorização de salários para a Seg. Social (n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 187/2007)	1.75%
Pressupostos Demográficos	
Tábua de mortalidade	TV - 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80
Idade normal de reforma	65 anos

Na determinação da pensão da Segurança Social, tomou-se, como crescimento salarial para a carreira contributiva passada, o do Índice de Preços no Consumidor Sem Habitação.

Para efeito da presente avaliação actuarial, considerou-se que a esperança média de vida aos 65 anos aumenta um ano em cada período de dez anos.

Para estimação da pensão a cargo do Fundo, utilizou-se a tabela do ACT das Instituições do Crédito Agrícola, com as promoções obrigatórias por antiguidade, de acordo com a cláusula 15.ª do ACT, bem como as diuturnidades até à aposentação, definidas na cláusula 81.ª do mesmo documento.

O método de cálculo utilizado foi o do "Projected Unit Credit", para as responsabilidades com pensões diferidas de velhice e sobrevivência.

Em 31 de Dezembro de 2011, o valor actual das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e com o pagamento dos encargos pós-emprego com o SAMS na parte que cabe ao empregador (6,5% das pensões totais), referente aos trabalhadores no activo e licenças sem vencimento foi o que seguidamente se indica:



Valor Actual das Responsabilidades em 31-12-2011

Por Serviços Passados	674,101
Por Serviços Futuros	617,531
	1,291,632

Relativamente às responsabilidades com pensões em pagamento aos actuais reformados e pensionistas, o valor das responsabilidades totais, incluindo as responsabilidades com o pagamento dos encargos com o SAMS, ascendem a 284.312 euros.

Verificou-se um decréscimo anual de responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência referente a esta Caixa, conforme a seguir se apresenta:

Responsabilidades com Pensões de Reforma e Sobrevivência

(+) Custo do serviço corrente	55,060
(+) Custo dos juros	66,992
(-) Rendimento esperado dos activos do Fundo de Pensões	48,068
(+/-) Ganhos e perdas actuariais	-309,068
(+) Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	0
Decréscimo Anual de Responsabilidades	-235,084

O movimento ocorrido durante o exercício de 2011 relativo ao valor actual das responsabilidades por serviços passados, foi o seguinte:

Responsabilidades Totais em 31-12-2010	1,199,978
(+) Custo do serviço corrente	55,060
(+) Custo dos juros	66,992
(+/-) Ganhos e perdas actuariais nas responsabilidades	-343,374
(+) Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	0
(-) Pensões pagas pelo fundo de pensões	9,001
(-) SAMS pago pelo fundo de pensões	11,243
Responsabilidades Totais em 31-12-2011	958,412

O movimento ocorrido na quota-parte do fundo de pensões referente à CCAM de Leiria, durante o exercício de 2011, foi o que se indica a seguir:

Valor da quota-parte do fundo de pensões em 31-12-2010	1,125,387
(+) Contribuições efectuadas	37,303
Pela CCAM de Leiria	0
Pelos empregados	37,303
(+) Rendimento dos activos do fundo de pensões (líquido)	13,762
(-) Prémios de seguros pagos	32,868
(+) Participação de resultados no seguro	51,208
(-) Pensões pagas pelo fundo de pensões	9,001
(-) SAMS pago pelo fundo de pensões	11,243
Valor da quota-parte do fundo de pensões em 31-12-2011	1,174,548



CAIXA DE CRÉDITO DE LEIRIA

O valor das responsabilidades por amortizar em 31-12-2011 era de 365.915 euros (301.213 euros referentes a serviços passados e 64.702 euros referentes a reformados e pensionistas). Deste modo, de acordo com o Aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal (com os serviços passados de pessoal no activo financiados a um nível mínimo de 95%), o valor das responsabilidades por serviços passados a reconhecer em 31 de Dezembro de 2011, era de 817.776 euros.

Assim, nesta data e para os parâmetros em vigor, o nível de financiamento global da quota-parte desta Caixa cifra-se em 122,6% enquanto que o nível de financiamento de acordo com o Aviso n.º 12/2001 atinge os 143,6%.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados, no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado dos fundos de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor dos fundos de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, deverá ser reconhecido em resultados, no mínimo, um montante correspondente ao referido excesso dividido pelo diferencial entre a idade média dos colaboradores no activo e a idade normal de reforma considerada no estudo actuarial.

Em 31-12-2011 a decomposição do corredor é a seguinte:

Corredor	117,455
(+) Desvios actuariais por amortizar em 31-12-2010	-388,181
Ganhos e perdas actuariais dentro do corredor	-119,998
Ganhos e perdas actuariais fora do corredor	-268,183
Tempo de serviço médio futuro dos activos do fundo	21
(-) Amortização de desvios actuariais em 2011	-12,771
(+/-) Desvios actuariais gerados em 2011	-309,068
Desvio financeiro (Ganho/Perda)	34,306
Desvio actuarial (Ganho/Perda)	-343,374
(=) Desvios actuariais por amortizar em 31-12-2011	-684,478

NOTA 27 – CAPITAL

Esta rubrica apresenta a seguinte variação:

	Incorporação de reservas	Entradas/Saídas de Sócios	Total
Saldo em 31-Dez-2009	34,000,000	1,131,030	35,131,030
Emissão de títulos de capital		25,000	25,000
Reembolso de títulos de capital		-24,530	-24,530
Saldo em 31-Dez-2010	34,000,000	1,131,500	35,131,500
Emissão de títulos de capital	2,000,000	15,000	2,015,000
Reembolso de títulos de capital		-34,445	-34,445
Saldo em 31-Dez-2011	36,000,000	1,112,055	37,112,055

O montante relativo às emissões de Capital Especial/Extraordinário, foi reclassificado devido à aplicação das NCA,



apresentando-se agora na rubrica do passivo "Instrumentos Representativos de Capital", sendo o seu valor nominal em 2011-12-31 de 6.035.615 euros, ascendendo os respectivos juros decorridos a 175.223 euros.

Em 31 de Dezembro de 2011, o capital da *CCAM LEIRIA, C.R.L.* encontra-se disperso por 12.721 associados, não existindo nenhum associado a deter mais de 35.000 euros (7.000 títulos de capital) no capital da *CCAM*.

NOTA 28 – RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Reservas de Reavaliação				
	Reservas de Reavaliação ao Justo Valor	Reservas de Reavaliação Legais	Reservas por Impostos Diferidos	Total
Saldo Final a 31-Dez-2010	-5,257,464	547,916	1,116,204	-3,593,344
Constituições	-18,648,884	0	3,231,008	-15,417,876
Anulações	5,244,104	1,273	0	5,245,377
Transferências	0	0	0	0
Saldo Final a 31-Dez-2011	-18,662,244	549,189	4,347,212	-13,765,843

Outras Reservas				
	Reserva Legal	Reserva Especial	Outras Reservas	Total
Saldo Final a 31-Dez-2010	11,000,000	842,706	41,000	11,883,706
Constituições	1,500,000	1,288,771	1,000	2,789,771
Anulações	0	0	0	0
Transferências	0	-2,000,000	0	-2,000,000
Saldo Final a 31-Dez-2011	12,500,000	131,477	42,000	12,673,477

Resultados Transitados	
Saldo Final a 31-Dez-2010	-52,257
Cobertura do Saldo Negativo do Exercício Anterior através dos Resultados Líquidos	52,257
Parte do Impacte da Transição para a IAS 19 referente ao Fundo de Pensões	-10,718
Parte do Impacte da Transição para a IAS 19 referente aos Encargos com o SAMS	-63,939
Regularização de Excedentes em Passivos por Impostos Diferidos	-1,274
Saldo Final a 31-Dez-2011	-75,931



NOTA 29 – IMPOSTO CORRENTE SOBRE OS LUCROS

Em 31 de Dezembro de 2011 o imposto sobre lucros e a correspondente Derrama, foram calculados de acordo com as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC), o Estatuto Fiscal Cooperativo e a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, na parte aplicável, apurando-se o montante de 2.024.025 euros, conforme detalhe seguinte:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Lucro contabilístico antes de impostos	6,776,128	3,147,957
*Lucro tributável imputado por ACE	0	0
*Reintegrações e amortizações não aceites	9,580	5,991
*Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais	1,733,175	1,410,118
*Donativos não previstos ou além dos limites legais	1,600	746
*Multas e penalidades	208	0
*Menos-valias contabilísticas	0	0
*Mais-valias fiscais	1,758	4,079
*40% aumento das reintegrações resultantes de reavaliações	10,233	10,233
*Correcções relativas a exercícios anteriores	1,204	32,889
*Prémios de Antiguidade (Art.º 18.º, n.º 12 e Art.º 23.º)	82	36,674
*Alterações na mensuração de activos (Art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009)	5,438	0
*Custo com reformas antecipadas (Art.º 18.º, n.º 12 e Art.º 23.º)	0	0
*Contribuição sobre o sector bancário (Art.º 45.º, n.º 1, alínea o))	11,633	0
*Variação patrimonial referente Resp. c/ Fundo Pensões/SAMS (Art.º 43.º, n.º 13)	-12,641	0
*Prejuízo fiscal imputado por ACE	0	0
*Redução de provisões tributadas	-155,167	-35,333
*Mais-valias contabilísticas	-3,516	-8,158
*Menos-valias fiscais	0	0
*Eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos (Artigo 51.º)	0	-7,323
*Benefícios fiscais	-19,206	-44,660
*Prémios de Antiguidade (Art.º 18.º, n.º 12 e Art.º 23.º)	0	0
*Alterações na mensuração de activos (Art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009)	0	-98,642
*Pagamento de reformas antecipadas/SAMS (Art.º 18.º, n.º 12 e Art.º 23.º)	-1,700	-11,886
Prejuízo fiscal (Regime Geral)	0	0
Lucro tributável (Regime Geral)	6,248,868	2,831,942
Lucro tributável (Regime de Redução de Taxa)	2,109,941	1,610,743
Prejuízos Fiscais Dedutíveis (Regime Geral)	0	0
Matéria colectável (Regime Geral - 1.º Escalão)	12,500	12,500
Matéria colectável (Regime Geral - 2.º Escalão)	6,236,368	2,819,442
Matéria colectável (Regime de Redução de Taxa)	2,109,941	1,610,743
Taxa normal de imposto sobre o lucro tributável - 1.º Escalão	12.50%	12.50%
Taxa normal de imposto sobre o lucro tributável - 2.º Escalão	25.00%	25.00%
Taxa reduzida de imposto sobre o lucro tributável	20.00%	20.00%
Colecta	1,982,643	1,028,572
Deduções à colecta	-252,253	-427,805
Derrama	124,546	66,196
Derrama estadual (Art.º 87.º - A)	158,970	61,067
Tributações autónomas	10,119	10,977
Estimativa de impostos sobre os lucros do exercício	2,024,025	739,007
Correcções de impostos relativas a exercícios anteriores	0	0
Imposto Corrente sobre os Lucros	2,024,025	739,007
Retenções na fonte	4,986	2,930
Pagamentos por conta/adicionais por conta (Art.ºs 105.º e 105.º - A)	971,934	709,809
IRC a pagar / receber	1,047,105	26,268
Taxa efectiva de imposto sobre o lucro contabilístico	29.87%	23.48%



NOTA 30 – IMPOSTOS DIFERIDOS

Em consequência da aplicação das NCA's a CCAM apurou impostos diferidos conforme detalhe seguinte:

	31-12-2011	31-12-2010
Activos por impostos diferidos		
Reservas resultantes da valoriz. ao justo valor - Títulos de dívida pública	4,361,874	1,143,422
Reservas result. valoriz. justo valor - Activos adquir. reembolso de crédito	0	0
Provisões tributadas a deduzir em períodos futuros	1,394,748	1,016,027
Responsabilidades com prémios de antiguidade	122,099	122,079
Prejuízos fiscais	0	0
Benefícios fiscais (p.e. criação emprego a jovens)	0	0
Outros	0	0
	5,878,721	2,281,528
Passivos por impostos diferidos		
Reservas de reavaliações legais	37,026	38,299
Reservas resultantes da valoriz. ao justo valor - Títulos de dívida pública	0	0
Responsabilidades com reformas antecipadas	807	807
Reinvestimentos de mais-valias fiscais	0	0
Outros	0	0
	37,833	39,106
Impacto total dos impostos diferidos	5,840,888	2,242,422

NOTA 31 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

A CCAM de Leiria está inscrita no Instituto de Seguros de Portugal, com o estatuto de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8.º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho, desenvolvendo a actividade de intermediação em exclusividade com a Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A. (CA Seguros), relativamente ao exercício da actividade de seguros para todos os Ramos Não Vida, e autorizada, relativamente ao exercício da actividade de seguros para o Ramo Vida, com as seguradoras *ALICO - American Life Insurance Company* e Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, S.A..

No âmbito dos serviços de mediação de seguros a CCAM efectua a venda de contratos de seguros, presta apoio pós-venda aos segurados e participa no encaminhamento das participações de sinistros que sejam entregues nos Balcões da CCAM.

Como contrapartida dos serviços de mediação de seguros prestados às referidas seguradoras, a CCAM recebe remunerações pela mediação de seguros, as quais estão definidas em Protocolo estabelecido entre a CCAM e as referidas Seguradoras.

As remunerações de mediação de seguros são reconhecidas como um rendimento na Demonstração de Resultados, na rubrica de Rendimentos de Serviços e Comissões. Os valores de remunerações a pagar pelas Seguradoras, à data de 31 de Dezembro de cada ano, estão reconhecidas como um activo no Balanço, na rubrica de Outros Activos.

O quadro seguinte evidencia o valor total das remunerações de mediação de seguros, auferidas pela CCAM nos últimos 2 anos (valores em euros):



Origem	Seguradora	31-12-2011	31-12-2010	% por Origem 31-12-2011
Ramos Não Vida	CA Seguros	45.967	48.969	29,8%
Ramo Vida	ALICO	84.748	119.196	54,9%
Ramo Vida	Fidelidade	23.521	23.262	15,3%
Total		154.236	191.427	100,0%

A CCAM não efectua a cobrança de prémios por conta das seguradoras, nem efectua a movimentação de quaisquer tipos de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro activo, passivo, rendimento ou gasto a reportar, relativo à actividade de mediação de seguros exercida pela CCAM.

NOTA 32 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com o previsto no artigo n.º 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se a seguinte informação:

- Das operações não incluídas no balanço, aquelas em que o impacto nas contas tem maior relevância são as que se referem a Garantias Prestadas a Clientes, cujo montante, em 31 de Dezembro de 2011, ascendia a 4.630.166 euros. Para além dos impactos referidos nas Notas 4, 22 e 26, existe o risco da CCAM ter que assumir o cumprimento das obrigações dos seus clientes perante terceiros, no caso de estes falharem os seus compromissos. No entanto, em termos históricos, tais situações têm tido um impacto materialmente irrelevante;
- O total de honorários facturados durante o exercício de 2011 pela sociedade de revisores oficiais de contas foi de 32.750 euros, dos quais 29.000 euros correspondem aos serviços de revisão legal de contas, sendo que os restantes, no montante de 3.750 euros, dizem respeito a outros serviços de garantia de fiabilidade.

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos da lei e dos estatutos, o Conselho Fiscal da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria apresenta o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e emite parecer sobre o Relatório de Gestão, as Contas, e a Proposta para a Aplicação dos Resultados, elaborados pelo Conselho de Administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

Este Conselho acompanhou, ao longo do exercício, a evolução da actividade da Caixa. Nas reuniões que efectuou, respeitando a periodicidade legal e estatutariamente prevista, verificou a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação, comprovou o cumprimento do normativo em vigor e tomou conhecimento da informação de reporte periódico remetida ao B.P.

Examinou o conteúdo dos relatórios de Auditoria Interna, de *Compliance* e de Gestão de Riscos que, como nos anos anteriores, lhe foram remetidos pelas respectivas funções. Analisou o relatório de controlo interno, e, nos termos do artigo 25º do aviso n.º. 5/2008 elaborou o respectivo parecer. Emitiu, também, parecer sobre o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2012.

O Conselho manteve um diálogo frequente com a Administração, reuniu com elementos da equipa da “Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda.” que auditou as contas do exercício findo e solicitou informações e esclarecimentos a responsáveis de diversos Serviços. A todos agradece a pronta colaboração prestada.

Após o encerramento das contas analisámos em pormenor o Relatório de Gestão emitido pelo Conselho de Administração e os mapas que o acompanham, nomeadamente o Balanço, a Demonstração de Resultados, e o correspondente Anexo (notas explicativas às demonstrações financeiras).

Examinámos a Proposta de Aplicação de Resultados. Apreciámos a Certificação Legal de Contas com a qual concordamos.

No âmbito das nossas funções concluímos que:

- O Relatório de Gestão descreve pormenorizadamente o que foi a actividade da Caixa durante o exercício de 2011;
- O Balanço, a Demonstração dos Resultados e restantes anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira desta instituição;
- As políticas e os critérios volumétricos são adequados;
- A Proposta de Aplicação de Resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.



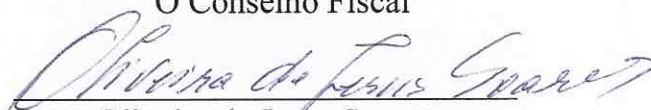
Face ao exposto o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove:

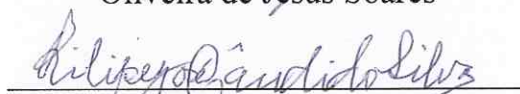
- a) O Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011;
- b) As Contas relativas a esse exercício;
- c) A Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

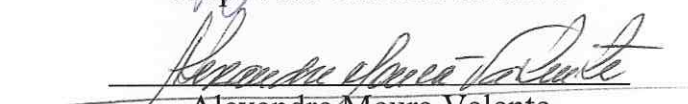
O Conselho Fiscal propõe que, pela actividade desenvolvida, seja aprovado um voto de louvor à Administração e a todos Trabalhadores da Caixa.

Leiria, 09/03/2012

O Conselho Fiscal


Oliveira de Jesus Soares


Filipe José Cândido da Silva


Alexandre Moura Valente



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
GUILHERME W. D'OLIVEIRA MARTINS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da *CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.*, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 395.205.323 euros e um total de capital próprio de 41.063.321 euros, incluindo um resultado líquido de 5.119.563 euros), a Demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (notas explicativas às demonstrações financeiras).

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

1/2

SEDE | HEAD OFFICE

Av. da Liberdade, n.º 245 – 8.º A, B e C
1250-143 LISBOA - PORTUGAL
Tel. (+351) 217 271 197
Fax (+351) 217 273 129

Delegação Centro | Center Branch

Av. 22 de Maio, n.º 24 - Escritório 3
2415-396 LEIRIA - PORTUGAL
Tel. (+351) 244 822 175
Fax (+351) 244 822 178

Delegação Norte | North Branch

Via Eng.º Edgar Cardoso, n.º 23
Ed. Tower Plaza - Escritório 5E
4400-676 VILA NOVA DE GAIA-PORTUGAL
Tel. (+351) 223 744 485
Fax (+351) 223 744 977



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, nos aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da *CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.*, em 31 de Dezembro de 2011 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as instituições de crédito e sociedades financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 9 de Março de 2012

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por


José Vieira dos Reis, ROC nº 359